



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA/ LÍNGUA
INGLESA/ LIBRAS

VANESSA MAIA SOUZA SAMPAIO

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS
PARA OS SURDOS NA ESCOLA MUNICIPAL VIVALDA ANDRADE
DE OLIVEIRA EM AMARGOSA-BA**

Amargosa-Ba
2017

VANESSA MAIA SOUZA SAMPAIO

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS
PARA OS SURDOS NA ESCOLA MUNICIPAL VIVALDA ANDRADE
DE OLIVEIRA EM AMARGOSA-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – Centro de Formação de Professores (CFP) para obtenção de título de graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Libras.

Orientador: Prof. Me. Emmanulle Félix dos Santos

Amargosa-Ba
2017

VANESSA MAIA SOUZA SAMPAIO

**UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS
PARA OS SURDOS NA ESCOLA MUNICIPAL VIVALDA
ANDRADE DE OLIVEIRA EM AMARGOSA-BA**

Aprovado em 27 / 09 / 2017

Banca Examinadora

Emmanuelle Félix dos Santos

Prof. Ma. Emmanuelle Félix dos Santos
Orientadora

Fernanda Maria Almeida dos Santos

Prof. Dra. Fernanda Maria Almeida dos Santos
Membro da Banca

Lucas Bonina Triunidade

Prof. Me. Lucas Bonina Triunidade
Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

À DEUS:

PELA AJUDA E APOIO NOS MOMENTOS QUE CONSIDEREI IMPOSSÍVEIS, POR ME DAR FORÇAS PARA LUTAR SEMPRE E ACREDITAR QUE UM DIA TERIA A VITÓRIA.

À MINHA FAMÍLIA:

OBRIGADA POR APOIAREM E CONFIAREM EM MIM;

EM ESPECIAL, LIS SAMPAIO, EMANUEL SAMPAIO, CRISTIANE MAIA, VALERIA SOUZA, VERENA SOUZA, ANTÔNIO SOUZA E DEMAIS QUE DE FORMA DIRETA OU INDIRETA CONTRIBUIU PARA QUE ESTE SONHO FOSSE REALIZADO.

À MINHA ORIENTADORA EMMANUELLE FELIZ DOS SANTOS;

A VOCÊ O MEU APREÇO E CARINHO POR ABRIR AS PORTAS PARA O CONHECIMENTO E PARA REALIZAÇÃO DESTE SONHO.

VOCÊ É MUITO ESPECIAL!

AOS PROFESSORES: MIDIAN SOUZA, GREDSON SANTOS, FERNANDA SANTOS, TARCÍSIO CORDEIRO, FABÍOLA BARBOSA E DEMAIS;

A VOCÊS O MEU MUITO OBRIGADO POR CONTRIBUÍREM E AJUDAREM EM TROCAS DE SABERES E EXPERIÊNCIAS PERMITINDO PORTAS ABERTAS PARA CONHECIMENTO.

VOCÊS SÃO SENSACIONAIS!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LS	Língua de Sinais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PL	Primeira Língua
SL	Segunda Língua
AEE	Atendimento Educacional Especializado
EJA	Educação de Jovens e Adultos

SAMPAIO, V. M. S. **Um estudo sobre as políticas públicas educacionais para os surdos na Escola Municipal Vivalda Andrade de Oliveira em Amargosa-BA.** 2017. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa/Língua Inglesa/ Libras). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2017.

RESUMO

O presente trabalho de natureza monográfica, intitulado “O estudo sobre as políticas públicas educacionais para os surdos na Escola Municipal Vivalda Andrade de Oliveira em Amargosa-Ba” buscou identificar como a Escola Vivalda Andrade de Oliveira tem implementado as públicas para a educação dos seus alunos surdos, tendo em vista que essas políticas, tais como, a Lei da Libras de nº 10.436 (2002); seu regulamento, o Decreto nº 5.626 (2005); a Lei da inclusão nº 13.146 (2015); dentre outras, são frutos das constantes lutas da comunidade surda para adquirir um melhor desenvolvimento educacional, social e intelectual. Essas políticas públicas, particularmente as educacionais, destacam a importância da implantação da inclusão para além da inserção de surdos e ouvintes num espaço escolar, mas da consolidação de ações que acessibilizem ao conhecimento. Para tanto, utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa através do estudo de caso numa escola municipal que oferta o ensino bilíngue e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos surdos. Como instrumento de coleta de dados usamos a entrevista estruturada com os seguintes sujeitos: 1 diretor, 1 coordenador, 1 aluno surdo, 1 professor da classe bilíngue e 1 familiar de aluno surdo. Através da análise foi possível perceber que a escola tem tentado efetivar as políticas educacionais aos surdos ofertando o ensino bilíngue e o AEE que são dois momentos importantes e são de grande iniciativa e persistência. No entanto, ela ainda precisa pensar em uma proposta de ensino que discuta o currículo para os surdos, assim como, em suas ações fomento de cursos ou capacitações para família, alunos ouvintes e funcionários.

Palavras - chave: Políticas Públicas. Educação dos surdos. Língua de Sinais.

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: O ENCONTRO DA PESQUISADORA COM O TEMA	8
1.1 SITUANDO A QUESTÃO DA PESQUISA E SEU PERCURSO.....	9
2- POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SURDEZ	17
2.1 CONHECENDO POLITICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES INICIAIS	17
2.2 REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: DO QUE ESTAMOS TRATANDO?	21
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS PARA SURDOS: DO INES À CLASSE BILÍNGUE	26
3. O CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO.....	33
3.1 O LÓCUS DA PESQUISA: O CONTEXTO DA ESCOLA.....	34
3.2 OS SUJEITOS COLABORADORES DA PESQUISA	35
3.3 INSTRUMENTOS PARA COLETAS DE DADOS DA PESQUISA	37
4. UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS AOS SURDOS NA ESCOLA MUNICIPAL VIVALDA ANDRADE DE OLIVEIRA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	39
4.1 AS INTERLOCUÇÕES COM OS SERVIDORES DA ESCOLA	39
4.2 A INTERLOCUÇÃO COM A FAMÍLIA	52
4.3 A INTERLOCUÇÃO COM O ALUNO SURDO	56
CONCLUSÃO.....
REFERÊNCIAS	61

1. CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: O ENCONTRO DA PESQUISADORA COM O TEMA

Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo e nem ensino (Paulo Freire)

Início esta pesquisa apresentado as reflexões da minha aproximação com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), do meu interesse em conhecer este idioma, e, principalmente, do desejo de adentrar nas discussões sobre surdez e as políticas públicas educacionais. Portanto, faz necessário memorar a minha trajetória educacional até o meu encontro com a Libras.

Ao navegar em minhas memórias para trazer as lembranças da infância, do meu primeiro contato escolar, recordo que minha mãe me colocou para estudar com 2 anos em uma escola particular e com 4 anos saí desta escola porque meus pais não tinham condições de continuar pagando, visto que só meu pai trabalhava assalariado e minha mãe era feirante. Deste modo, fui transferida para uma escola pública perto da minha casa, onde terminei os anos iniciais do ensino fundamental I, em seguida, fui estudar na antiga Escola Agrotécnica, o atual Centro Territorial de Educação Profissional do Vale do Jiquiriçá (CETEP). Neste centro escolar fiz os anos finais do ensino fundamental II e o ensino médio integrado em agroindústria. Este último período de estudo foi muito enriquecedor do pessoal, intelectual e profissional, sendo possível trocar experiências com os educadores sobre o beneficiamento do café, da castanha e do leite.

Creio que o ensino integrado, ou seja, o magistério e o técnico é fruto de uma política pública¹ do Estado a qual foi executada pelas autoridades escolares. Existiam também políticas internas na escola para preservação dos animais e cultivo da lavoura, os lucros arrecadados destes cultivos eram destinados para a escola e alunos. No entanto, esta política pública de plantio e cuidado em determinados momentos não foi colocada em prática, seja por falta de profissionais capacitados ou pela falta de verbas dos governantes para que as atividades fossem desenvolvidas, por isto, em alguns momentos não foi possível de forma convicta ter um retorno para a escola e seus constituintes, como também, para os indivíduos da região. Estas experiências me fizeram refletir que há possibilidade de um distanciamento entre as políticas e sua implementação ou prática. E que as nuances nesta relação precisam ser analisadas, questionadas e revisadas durante a sua execução.

¹As políticas públicas neste texto são compreendidas como princípios e valores provenientes do governo, de instituições e grupos sociais que atuam, ou não, sobre as pessoas com o objetivo de manter as condições básicas de vida (social).

Durante este percurso escolar nem imaginava a existência de pessoas surdas, não tive colegas surdos e nem contato com os surdos nesta cidade ou região. Não sabia que existia uma língua para nos comunicarmos com eles. Por isso, meu primeiro contato com o contexto da surdez ocorreu apenas em 2011 quando soube da existência do curso de Letras: Língua Portuguesa/ Língua Inglesa/Libras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB em Amargosa-Ba. Ao se informar sobre o referido curso é que, finalmente, comecei a perceber a existência de surdos em nossa cidade e sobre a Língua de Sinais (LS). E assim, o desejo interior surge em conhecer mais sobre o idioma, e, este anseio me levou a perguntar a outras pessoas sonhando em ingressar neste curso.

Neste mesmo ano, através de uma política pública, meu sonho foi realizado, ou seja, tive a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pude ingressar no curso de Letras. Este curso possui dupla habilitação, tendo como primeira habilitação a Língua Portuguesa e para segunda habilitação Língua Inglesa ou Libras, sendo que, no primeiro semestre já temos contato inicial com as duas habilitações, e, no segundo semestre temos que escolher entre elas para que no decorrer do curso possamos direcionar a formação da segunda habilitação.

Desta forma, pode-se dizer que foi na UFRB o meu primeiro contato com a Libras, com o professor e o aluno surdo, bem como, com as políticas públicas educacionais voltadas para educação dos surdos. Neste processo educacional, foi admissível conhecer a história, língua, cultura e desconstruir os mitos em torno dos surdos. Este momento foi muito significativo para mim, pois aos poucos fui conhecendo e exercitando o que estava aprendendo com os professores e alunos, senti-me realizada. A cada semestre o desejo em conhecer o mundo dos surdos crescia.

Essas experiências me fizeram compreender que as pessoas com surdez podem perceber o mundo através do campo visual; aprendem os conteúdos das disciplinas em outra língua diferente da língua oral a majoritária em nossa sociedade e, por isso, há uma necessidade peculiar no ensino e aprendizagem destes sujeitos. Sendo assim, há políticas públicas educacionais direcionadas às especificidades dos surdos, e, por isso, não podem ser marginalizadas nas escolas.

1.1 SITUANDO A QUESTÃO DA PESQUISA E SEU PERCURSO

Antes de adentrarmos nas discussões específicas das Leis que garantem a educação dos surdos, é necessário fazer um adendo sobre o percurso histórico do ensino destes indivíduos.

No passado dos surdos, particularmente, na idade média, encontramos que foram impossibilitados do acesso à educação e a inserção na sociedade, sendo excluídos, pois, eram considerados castigados pelos deuses, avaliados como seres inúteis, incapazes de ter conhecimento e de transmiti-lo. Sendo assim, a narrativa dos surdos

inicia a história na antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: "A infelizmente criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar (BERTHIER, 1984 apud STROBEL, 2009, p. 16).

Este foi um momento terrível na vida do surdo. Foram condenados à morte e considerados desgraçados por não ouvirem, ou seja, por terem os seus aparelhos auditivos com déficit, eram impossibilitados de se comunicarem através da língua majoritária oral/escrita. Todavia, todo esse massacre se deve ao fato dos indivíduos ouvintes não saberem se comunicar com os surdos, então a melhor opção era exterminá-los. Não existiam nesta época, Leis, Constituições ou documentos que os favorecessem, por isso, eles não tinham direito à educação.

Na idade moderna que iniciou a educação dos surdos, no qual passaram a serem vistos diferentes dentro da sociedade e, por isso, algumas pessoas se interessaram em estudar e ensinar uma língua para esses indivíduos se comunicarem. Nesta época, surgiu o primeiro "O monastério de Valladolid" (1510-1584) para ensino dos sujeitos surdos, na qual ensinava três idiomas e conceitos científicos através da datilologia, e, logo após, surgiu a primeira escola "Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris" que usou como metodologia para o ensino os sinais metódicos (STROBEL, 2009). A partir deste Instituto e de outras escolas em diversos países é que chegou aqui no Brasil em 1857 o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que utilizava na comunicação a mistura da Língua Francesa e os sinais das regiões do Brasil. Nessa época, os surdos tinham livre arbítrio para se comunicar em Língua de Sinais (LS).

Outro marco importante na história dos surdos foi depois do Congresso de Milão em 1880, onde os surdos foram obrigados a aprenderem o método oral para contemplarem a sociedade ouvintista. A partir deste momento o foco era o oralismo, o ensino era voltado para aprendizagem da língua oral. Conforme Machado, entende-se que nesta concepção

Está a visão medicalista do fazer pedagógico, principalmente na primeira metade do século XIX, em que instituições que trabalhavam com educação especial passaram a desenvolver suas atividades de ensino e aprendizagem através de estratégias terapêuticas, como instrução individualizada, a sequenciação cuidadosa das tarefas, ênfase na estimulação, preparação meticulosa do ambiente e treino em habilidades funcionais (MACHADO, 2008, p. 32 a 33).

Desta forma, fica explícito que o método oral tentava desenvolver habilidades do aparelho fonador, sendo um tratamento e forma individualizada sem contato com colegas. Este modelo foi angustiante aos surdos que, permaneceram excluídos, e, principalmente tiveram sua língua negada. Se pensarmos bem, a língua precisa estar em constante interação por seus usuários para que ela se desenvolva e possibilite a aprendizagem. Mesmo com a proposta educacional aos surdos, estes se mantiveram na luta pelo reconhecimento de sua língua e por políticas que garantissem seus direitos.

A educação dos surdos ocorria em escolas especiais, mas nem por isso havia educação que privilegiasse a Libras como fator crucial para o desenvolvimento da aprendizagem. Assim, mesmo nas instituições especializadas foi negado aos surdos o direito a aquisição de sua língua impondo o oralismo. Posteriormente, conseqüentemente ao fracasso do oralismo, houve uma abertura a utilização dos sinais, mas sem seu reconhecimento linguístico e cognitivo, a saber: a filosofia da Comunicação Total que fundamentou as práticas pedagógicas aos surdos no final da década de 70, proporcionando o uso de qualquer forma mecanismo de comunicação, inclusive a língua de sinais, mas não a reconhecia como preponderante para o desenvolvimento do surdo.

Na década de 90 inicia no Brasil as discussões e aprovação da Lei nº 9.394/96, a qual se apresenta com um capítulo específico para tratar da educação especial que, a partir dessa Lei deixa de ser ofertada exclusivamente em classes e escolas especiais, para ser ofertada preferencialmente nas classes comuns. Para tanto, tem-se um documento que influenciou a LDBEN de 96 que foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que ocorreu junho de 1994 na Espanha, na qual se discute sobre a oportunidade de uma TODOS, uma educação de qualidade e sem restrições, através de fomento de novas políticas para reformas dos sistemas educacionais em prol da inclusão.

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças,

jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (UNESCO, 1998, p. 2).

Tem neste documento o princípio de democratização de ensino à TOD@S, independente de quaisquer tipos de deficiência, possibilitando estas pessoas adentrarem aos diversos lugares da sociedade. É nesse sentido que se pensa em uma escola inclusiva, ou seja, que atenda a todos, dando-lhes direito ao novo para que seja inserido de forma igualitária na sociedade.

Portanto, a Lei de Diretrizes e Bases - LDBEN 9.394/96 que reafirma uma abertura política para que as pessoas com deficiência fossem incluídas na escola comum. Assim, a educação especial que era uma modalidade específica, passa a ser compreendida em todos os níveis da educação, desde educação infantil até o ensino superior. “Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”(BRASIL, 1996, p.20). Desse modo, as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), inclusive os surdos, passaram a estudar, prioritariamente, nas escolas comuns.

É perceptível que os surdos avançaram em políticas educacionais, mas é preciso refletir as entraves que existem entre a Lei e a Conferência na prática, porque muitas das vezes, não favorecem na inclusão e na aprendizagem, seja por falta de disposição dos gestores ou por mudanças físicas e temporais acabam não contemplando seus respectivos públicos. Se estão se contemplando verdadeiramente os alunos os alunos deficientes, ou seja, os cegos, os surdos ou com transtornos globais do desenvolvimento. Se a escola tem condições físicas e os professores estão capacitados para acessibilizar o conhecimento destes alunos.

Só a inclusão não é suficiente, tem que haver toda uma adaptação do local, dos professores e funcionários. Porque estar na escola não significa que os alunos com NEE estão interagindo, adquirindo conhecimento. Muitas vezes estes alunos vão à escola só por ir ou porque os pais levam, visto que dentro do ambiente escolar não encontram a inclusão, seja por estrutura, recursos ou profissionais capacitados para atender este aluno. Devemos entender que o foco: Contato, ensino e aprendizagem devem ser voltados para este estudante. Sendo assim

a inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes,

nos espaços físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, do próprio **portador [sic]** de necessidades especiais (SASSAKI, 1997 apud MACHADO, 2008, p.38).

Se não encontramos transformações no ambiente escolar os deficientes, mesmo em processo de inclusão, estarão em exclusão. E para solucionar estes entraves e obstáculos é necessário a sociedade e poder público reafirme as políticas públicas educacionais existentes para que atendam cada dia mais as necessidades dos deficientes. Por que não basta incluir o aluno na sala de aula, tem que haver ensino, aprendizagem, metodologias e recursos de qualidade respeitando as diferenças do aluno. Assim, neste processo de inclusão classe/escola bilíngue, onde há o ensino prioritário em Libras e depois em português escrito, este é um processo de inclusão, uma política voltada para o surdo no processo de aprendizagem.

Apesar do avanço desta política, como a LDBEN de 1996 que garante a formação e a adequação de currículo ainda encontramos os surdos inclusos, mas excluídos dentro do ambiente escolar, e, o resultado disto é negativo. Por isso, para que essa inclusão seja satisfatória deve haver união entre os membros escolares, os professores, os funcionários, e os alunos, bem como, o município, para que esse conjunto possa colocar em prática e proporcionar de fato a inclusão de qualidade e satisfatória.

E, neste contexto de inclusão é que o movimento dos surdos ganha fôlego e a Lei 10.436/2002 é sancionada, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua, contendo aspectos linguísticos, históricos e culturais, devendo ser respeitada em qualquer instância. Conforme o Art. 1º desta legislação, a Libras é “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, p. 1). Desta forma, a língua de sinais a partir deste momento, se tornou um meio de comunicação legal em qualquer lugar, principalmente na sala de aula, para que pudesse favorecer aprendizagem do aluno, sendo que Libras será a sua primeira língua (PL) e a segunda língua (SL) será a Língua Portuguesa na modalidade escrita, a língua oficial do nosso país.

A regulamentação desta Lei ocorreu através do Decreto 5.626/2005, que proporcionou aos surdos diversas vantagens, dentre elas, reafirma o direito a educação em Libras com a primeira língua a Libras como PL e a língua portuguesa como modalidade escrita, a saúde,

profissionais capacitados para ensino e apoio, intérpretes², escolas habilitadas para atender as necessidades desses educandos, a saber; no Art. 14

as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior [...] § 3o As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005, p.3 a 4).

Portanto, é de competência do governo promover o ensino aos surdos desde a educação infantil até o ensino superior, provendo o necessário para que esta educação seja de qualidade, não só para aquisição da língua escrita e conhecimento de mundo, mas para participarem em concursos, eventos, publicarem artigos e etc.

Para que esse ensino e aprendizagem sejam formidáveis, temos que ter profissionais capacitados que auxiliem na interação entre professor/aluno, assim com a presença de intérpretes para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes, quando necessário, conforme estabelece o Art. 22 e seu parágrafo segundo do Decreto 5.626/2005:

as instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos os serviços de tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação [...]§ 2o As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005, p.6).

Fica sabido que o papel do intérprete é essencial na educação dos surdos, a participação deste profissional no ambiente escolar facilita o conhecimento de mundo, auxiliando no aprendizado escolar, e também veiculando a interação entre os demais indivíduos presentes no espaço.

São muitas as políticas direcionadas as pessoas surdas e, em especial aos indivíduos surdos usuários da Libras. Trataremos especificamente destas políticas no capítulo seguinte,

² O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2010, p. 1).

contudo, este pequeno contexto histórico nos faz refletir sobre como os municípios e escolas inclusivas tem se apropriado destes aparatos legais para construir ações mais acessíveis aos surdos e construído ações menos exclusivas nas escolas.

Assim, as reflexões acima e os contextos vivenciados sobre as políticas educacionais para educação dos surdos me impulsionaram a elaborar o problema que ora se propõe nesta pesquisa: Como a Escola Municipal Vivalda Andrade de Oliveira tem implementado as políticas públicas educacionais para seus alunos surdos? Entendendo que ao adentrarmos nesta pesquisa não cabe aqui menosprezar quaisquer formas de políticas públicas que a unidade escolar tome como parte de sua prática, mas o nosso intuito é analisar quais as políticas públicas educacionais ela tem fomentado.

Para tanto, tem-se como objetivo geral analisar como a Escola Vivalda Andrade de Oliveira tem implementado as políticas públicas educacionais para seus alunos surdos para, e como objetivos específicos elencamos: Compreender as políticas públicas educacionais em vigência no Brasil e as específicas para a educação dos surdos; identificar se a escola Municipal Vivalda Andrade de Oliveira tem efetivado as políticas direcionadas aos surdos, e, por fim analisar as contribuições destas políticas na educação dos surdos.

Concomitante a estes objetivos, esta pesquisa se justifica pela necessidade de fazer um estudo sobre as políticas públicas para educação dos surdos na Escola Vivalda em Amargosa-Ba, localizada no Vale do Jiquiriçá, tendo em vista que, a mesma, atualmente, é um marco para educação dos sujeitos surdos oferecendo um ensino bilíngue e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Por isso, é essencial entendermos como as políticas educacionais aos surdos estão sendo implementadas dentro do ambiente escolar aos olhos dos gestores, educadores, alunos e família de surdos.

Esta pesquisa também possibilita, no âmbito acadêmico, reflexões sobre a realidade da unidade escolar e problematização sobre as possíveis divergências entre as políticas na Lei e na prática. Diante da justificativa apresentada, tomamos como abordagem metodológica o estudo de caso que, através de entrevistas gravadas, permitiu uma análise de cunho qualitativa dos atores que interferem na prática das políticas educacionais na referida escola, a saber, 1 diretor, 1 coordenador, 1 aluno surdo, 1 professor da classe bilíngue e 1 pai de aluno surdo.

Como embasamento teórico, foi utilizado as reflexões de Ball (1994) e outros com seus estudos sobre as políticas públicas, mostrando como estão organizadas e quais os impactos na sociedade; os estudos de Machado (2008), Perlin e Miranda (2011) e os imperativos das Leis e Decretos (BRASIL, 2002, 2005, 2011, 2014 e 2015) para discutir

políticas educacionais de integração/inclusão, apresentando as proposições desde a educação oralista até a atual educação bilíngue.

Desse modo, este trabalho monográfico encontra-se estruturado em 4 capítulos. O primeiro corresponde à introdução, intitulado *Contextualizando a pesquisa: O encontro da pesquisadora com o tema* onde apresentamos, sucintamente, a relação da pesquisadora com o tema, a contextualização e questão da pesquisa, os objetivos e as partes que compõe este trabalho.

O segundo capítulo, Políticas Públicas Educacionais e surdez, onde fazemos uma discussão sobre as políticas públicas e seus desdobramentos na sociedade Brasileira, refletindo sobre políticas públicas educacionais e políticas educacionais brasileiras para surdos, desde a criação do INES à institucionalização da Classe bilíngue.

No terceiro capítulo, O Caminho Metodológico Percorrido, como próprio título anuncia, apresentamos abordagem metodológica da pesquisa, o lócus, o perfil dos sujeitos envolvidos e instrumentos utilizados para coleta de dados.

O quarto capítulo denominado de Uma Análise das Políticas Educacionais aos Surdos na Escola Pública: possibilidades e desafios pontuamos algumas reflexões sobre a educação dos surdos com base nos dados coletados nas entrevistas com os sujeitos das escolas.

Por fim, apresentamos algumas considerações finais sobre os resultados desta pesquisa demonstrando o nosso cuidado e apreço ao objeto investigado, logo após os apêndices.

2- POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SURDEZ

A política educacional de excelência deve priorizar a valorização e o respeito à diversidade como enriquecimento gerando reconhecimento a nossa multipliculturalidade Nacional. (Mônica Christi)

Este capítulo aborda reflexões sobre o que é política pública no Brasil e qual o papel do Estado na contribuição das políticas públicas sociais, em especial, as educacionais, a fim de atender as necessidades dos indivíduos constituintes desta sociedade. Posteriormente, apresentaremos uma análise sobre as políticas educacionais direcionadas aos surdos no Brasil, desde o período imperial até os dias atuais.

2.1 CONHECENDO POLITICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES INICIAIS

O Brasil no ano de 1920 era um país agrícola e com o decorrer dos anos se tornou um grande negociador, trocador e um país extremamente explorador da classe trabalhadora. A maior parte das pessoas já não se concentravam na zona rural, mas sim na zona urbana. Essa mudança resultou na industrialização no país que teve grande influência no crescimento do capitalismo na vida dos habitantes. As vendas e trocas ocasionaram mudança no modo de produção da matéria-prima. (BACELAR, 2014).

Essas transformações foram aos poucos gerenciando um mercado comercial onde haviam impostos e tarifas, mão-de-obra escrava. Nesta época a sociedade foi dividida em classes, onde ficava marcado o antagonismo e as desigualdades sociais. Por isso, houve a necessidade de organização da sociedade e o Estado capitalista aparece com esse papel, criando novas políticas, diretrizes, normas, dentre outros, para atender a sociedade ou a um determinado grupo social, a fim de manter a ordem e a organização.

O resultado deste condicionamento instituiu-se a Constituição, a qual relata como sendo dever do Estado trazer benefícios a sociedade, provendo o necessário para sobrevivência de cada indivíduo, dando-lhes igualdade na educação, saúde, cultura e identidade. Estes direitos são afirmados na Constituição Federal do Brasil 1988; Art. 5º onde expressa que “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”(BRASIL, 1988, p.13).

Fica claro, que, independente de cor, raça, gênero ou condição social todos são iguais e têm os direitos e liberdade de sobrevivência em sociedade, devendo ser excluídos, deste modo, quaisquer transtornos que impossibilite sua vida social. Por isso, temos de um lado a igualdade que tenta unanimidade de direitos para todos os cidadãos, e, do outro lado, temos a equidade que dará uma conformidade reconhecendo os direitos de cada um. Estas duas formas podem se juntar pelas garantias das pessoas na sociedade, servindo como apoio em pró de benefícios.

Ainda no Art. 6º da Constituição, há garantias que o Estado deve munir aos cidadãos “os direitos sociais a educação, a saúde, alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 1988, p. 18). Deste modo, fica sabido que cabe ao Estado prover todo aparato aos cidadãos, de modo a contribuir na sua vida pessoal e profissional, no entanto, no nosso cotidiano não encontramos o mínimo destas condições consideradas básicas. O Estado não consegue oferecer uma educação, saúde e condição de sobrevivência digna para os indivíduos, levando-os a miséria e a competitividade, onde somente um setor minoritário da sociedade conseguem boas condições financeiras, isto leva a maioria das pessoas a não ter as mesmas oportunidades e, a consequência disto é: Fome, doenças, desemprego, muitos vivendo nas ruas e a educação pública sem qualidade.

Com a omissão do Estado, conseqüentemente, emergiu povos em diversas classes sociais levando a necessidade de uma reorganização do próprio Estado para suprir o suficiente em relação as demandas que estavam postas. E, diante desta nova reestruturação foi concebível ao “poder do Estado – ou sociedade política – em atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com efeitos vinculadores a um grupo social definido e ao exercício do domínio exclusivo sobre um território e da defesa de suas fronteiras” (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2007 apud BARRETTA e CANAN, 2012, p. 3).

É sabível que o poder Estatal tem influência consideravelmente na vida dos indivíduos em uma sociedade, a fim de manter a ordem, zelar de seus patrimônios, prover as necessidades básicas dos cidadãos, dentre outros. O Estado pode criar políticas públicas seja do legislativo, pelo judiciário ou impulsionado nos diversos segmentos da sociedade e momentos sociais, com intuito de colaborar particularmente ou privadamente, de forma direta ou indireta, visando assegurar os direitos do cidadão. Estes direitos podem ser identificados como: Sociais, econômicos, étnicos e culturais.

As políticas públicas são criadas a partir das lutas dos cidadãos ou como uma forma de defesa do Estado contra as opiniões do povo, por isso, mexe com muitas e requer um

problema atinja muitas pessoas e que são recorrentes, Ball (1994 apud BAPTISTA, RESENDE, 2011, p. 176) apresenta em seus estudos que as PP's se constituem a partir de contextos, a saber,

1- Contexto da influência: São falas e ideologias de pessoas para formação das políticas.

2- Contexto de produção de texto: são escritos oficiais que servem para atender determinados grupos, podendo ser pensado e repensado pelas instituições governamentais ou não e, por isso, podem se apresentar contraditórios. Os documentos podem estar interligados com o discurso, um depende do outro, pois o texto sozinho não existe, ele é fruto do contexto da influência, resultado de disputas e acordos de diferentes grupos.

3-Contexto de prática: É a relação entre a produção do texto e a realidade, ou seja, as condições de materialização das políticas.

De maneira análoga a Ball (1994), Souza (2006) discute que para se criar uma política pública tem que existir um problema, envolvendo várias pessoas. O Estado se juntará para tentar solucionar a dificuldade, trazendo várias opções de resoluções, seus representantes vão a campo observar o que está acontecendo, qual público está sendo afetado, de que dimensão está o problema e, a partir daí voltam e propõem alternativas, retornam ao campo para ver se essas opções são pertinentes, depois se faz a avaliação de quais políticas vão ser escolhidas, neste momento vai tentar implementar e durante muito tempo vai detectando se os resultados são positivos ou negativos.

Por isso que a política pública é feita de tentativas e erros, podendo ser reformulada a depender do contexto, ou seja, muitas vezes as políticas públicas são criadas para resolver problemas de um público, mas com o passar do tempo as coisas vão se modificando chegando ao ponto que aquela política não é mais pertinente, tendo que fazer novas mudanças ou criar outras para adequar ao novo público, a nova realidade ou até mesmo muitas políticas não são avaliadas a eficácia, sendo marginalizados ficando apenas no campo do contexto do texto (SOUZA, 2006). Diante deste contexto Resende e Batista nos diz que

as políticas são compreendidas em sua complexidade e características por elementos instáveis e contraditórios estão em permanente movimento através do tempo e do espaço, delineando uma trajetória e mantendo sempre um grau de incerteza onde vai chegar (BALL, 1994 apud RESENDE e BAPTISTA 2011, p. 174).

E, ao pensarmos em Políticas Públicas e seus elementos incertos e conflitantes deve-se abrir um leque para duas abordagens na qual Lima (2012) expõe em suas discussões, a saber “a abordagem estatística e a multicêntrica”.

De acordo com a abordagem estatística, o que discernirá se é uma política pública ou não são as pessoas que fazem parte do Estado, tais como, o presidente, os deputados estaduais e federais que têm total poder para as criarem. Pois os indivíduos que compõem os demais grupos podem até expor suas visões, no entanto, estes não podem indicar ou colocá-las em prática. Já na visão multicêntrica, se tem um problema que desrespeito a sociedade ou a determinados grupos, tais como, roqueiros, agricultores, índios, negros, deficientes intelectuais, surdos, dentre outros, será uma política pública. Nesta visão não importa quem faz as políticas, mas de onde advém, este dirá se ela é pública ou não.

Dentro desta última política pública podemos encontrar as políticas públicas sociais, em que procura defender e lutar pelos direitos da sociedade, dando voz e vez a coletividade dizer e a contribuir para a formação de políticas que lhes atendam realmente. Políticas essas que tentam oferecer condições necessárias de sobrevivência, tais como acesso à educação ou vida social. Cabe ao povo contribuir com sugestões para criar uma política social que de fato seja “relevante e sustentável, comprometida com a consecução da equidade e a promoção da cidadania: a educação e o trabalho” (CEPAL, 2001 apud MAAR, 2006, p. 25).

Entendemos que as políticas públicas sociais tentam abarcar através de ações do Estado, a educação de todos os indivíduos, para que possam na medida do possível, minimizar discriminações e favorecer o crescimento do país. Desta forma, podemos afirmar que “Ter políticas públicas que priorize a educação é vantagem não somente para o educando mais para o país como um todo, pois o alto índice de criminalidade está associado à baixa escolaridade, bem como o desemprego e seus efeitos em cascata” (DOROTEU, 2017, não paginado). Isto significa que quanto mais país investir na educação, mais o resultados positivos para sociedade ele terá, um exemplo disso, é a PNE que é construído através das delegações que passam pelas prefeituras, câmara de deputados, pelo senado federal regulamentando um documento oficial com a participação do povo trazendo um resultado positivo. Outro exemplo, é a Lei que reconhece a Libras que surge dos movimentos surdos no Brasil.

No entanto, atualmente encontramos um novo documento que é a nova reforma³ na educação, na qual foi criada pelas autoridades governamentais, não tendo a intervenção e sugestões dos indivíduos que não faziam parte do governo. Esta reforma educacional foi

³Uma das maiores mudanças no sistema educacional de ensino[grifo do autor] onde o currículo: 60% da grade curricular será composta de disciplinas obrigatórias e 40% serão optativas [...]. Para toda a rede, a carga horária aumentará, gradativamente, das atuais 800 horas anuais para 1.400 horas. Além disso, a escola não será mais obrigada a oferecer as disciplinas de artes e educação física, restringindo essa obrigatoriedade somente ao ensino infantil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/14/politica/1481746019_681948.html. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

imposta à sociedade para satisfazer ao mercado e ao capital com intuito de estabelecer relações financeiras e proveitosas para o Estado dentro e fora do país, como também querem com a reforma efetuar vários cortes de verbas na educação. Por isso, esse novo documento não atende a realidade da Educação Brasileira ou discutir os reais problemas do Ensino Médio no país.

Por isso, as políticas não devem ser impostas, mas construídas através do escuta sobre as necessidades apresentadas pelo povo podendo ser criadas pelo Estado através de ações, programas como “ minha escola, minha vida”, projeto campo- saberes da terra, TOPA, PROUNIE diretrizes, a fim de propiciar um aprendizado duradouro, trazendo experiências para a vida do indivíduo, influenciando-o, transformando fazendo com que seu mundo cada dia se torne melhor.

Não podemos deixar de ressaltar que na educação, a comunidade escolar precisa direcionar as suas necessidades na criação destes programas e diretrizes para que a dicotomia entre as Leis e a prática sejam minimizadas e as ações mais positivas.

Por fim, podemos dizer que a política pública é criada para atender as necessidades dos indivíduos, sejam elas: sociais, culturais, educacionais ou de sobrevivências, devem surgir das necessidades do povo e tem forte influência do poder Estatal.

2.2 REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: DO QUE ESTAMOS TRATANDO?

Historicamente podemos considerar que as políticas educacionais no Brasil tem uma relação com o processo de construção social do país. Assim, as políticas educacionais foram incessantemente influenciada por estrangeiros, que objetivavam colonizar o país e tinham na educação esse mecanismo de controle, principalmente sobre a língua, meio de se fazer entendido e impor as normas.

A constituição da nação brasileira é marcada pela política educacional instituída em nosso país, iniciando com os primeiros contatos com as populações indígenas aqui presentes, através da Companhia de Jesus, com base no projeto catequese e 'educação' implantado naquele período passando pela Legislação Pombalina principalmente com a unificação da 'Língua reino' (SILVA e SOUZA, 2011, p. 1).

Após a declaração da independência, iniciou uma política de fortalecimento do país e a presença do Estado foi perceptível nas novas políticas educacionais, com a rica expansão e criação de instituições como universidades, escolas técnicas, o Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, as academias de Medicina e Cirurgia, Escola Normal, dentre outros, visando a modernização do país. É ainda no período do império que surgiu a primeira Lei de educação no país, a Lei de 15 de outubro de 1827, vigorando por mais de cem anos (SILVA e SOUZA, 2011).

Fazendo um adendo, é importante demarcar que ainda na época do Império, especificamente no reinado de D. Pedro II, surgiu o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), denominado de Imperial Instituto de Surdos Mudos, considerado a primeira escola de surdos no Brasil. Sobre o papel deste Instituto nas políticas educacionais do surdos trataremos posteriormente.

Os estudos de Silva e Souza (2011) sobre as políticas públicas da época do império e da república apresentam uma política educacional marcada por "elevado crescimento econômico, transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e a construção de uma identidade nacional" (2011, p. 72) de cunho moral e cívico. Apesar do país ter avançado, o século XX ainda é demarcado por uma política excludente e segregacionista. Independente da preocupação com as condições dos profissionais da educação, das escolas, de materiais, ou seja, da consolidação de um pensamento reformista no ensino, a escola ainda não era para todos.

A propagação dos grupos escolares durante muito tempo predominou nas cidades de destaques (desenvolvimento urbano e industrial) nas regiões do Brasil e a sua presença não se tornava uma garantia para o acesso ao ensino público, pois o número de vagas era insuficiente para a comunidade beneficiada [...] ficava evidente a ausência de uma política de inclusão para as classes menos favorecidas. (SILVA e SOUZA, 2011, p.74).

Assim, as políticas educacionais iniciais no Brasil eram voltadas para manter os objetivos da elite que focava na dominação dos povos (negros, índios, deficientes) do nosso país, extraíndo mão-de-obra barata e explorando os bens naturais, ou seja, saqueando máximo de matérias primas, que posteriormente, lhes trariam bens e riquezas.

Desse modo, as políticas educacionais para pessoas com deficiência até então eram de modo análogo às pessoas sem deficiência, ou seja, priorizadas para pessoas de elite ou classe dominante que possuíam prestígio social, ainda em instituições nos centros urbanos. A educação para os surdos ocorria em Institutos nas principais capitais do país. Assim, as pessoas com deficiência estudavam em instituições especializadas, segregadas das demais pessoas.

A política de educação integradora vai surgir a partir da década 60 relacionada a “razões morais, lógicas, científicas, políticas, econômicas, e legais”. (MENDES, 2006 apud SILVA 2010, p.52). Como razão política, Mendes (2006) se reporta a ações e movimentos de familiares e profissionais de pessoas com deficiência que lutavam por direitos. Um marco da garantia dessa política no Brasil é o Art. 88 e 89 da LDBEN nº. 4.024 de 1961 onde especifica que,

A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, p. 15).

Apesar de considerar na época uma conquista o enquadramento das escolas especiais paralelo ao sistema geral de ensino, no Art. 89 da mesma Lei, podemos perceber que o Estado cria iniciativas para que as instituições privadas e Organizações não governamentais possam promover essa educação e si exime da responsabilidade com a educação das pessoas com deficiência. Desse modo, há neste período, uma expansão de associações e instituições especializadas que passam a receber auxílio do governo para fornecer a educação a pessoas com deficiência.

Até o período de 1990 essa política educacional visava que o ensino para pessoas com deficiência devia "contribuir para sua integração na comunidade [...] no que for possível" (ROSITA, 1997, p. 64), deixando em dúvida se quem deveria se adaptar eram as pessoas com deficiência ou o sistema geral de educação. Na prática, até 1996 percebemos um esforço apenas das pessoas com deficiência em se adequar ou se superar para enquadrar-se nas escolas comuns sem nenhuma mudança na estrutura, no currículo ou das pessoas das escolas.

Ainda em meados de 1990 houve uma mobilização internacional onde foi desenvolvida uma conferência na qual resultou em um documento, a “Declaração Mundial de Educação para Todos”. Neste momento surgiu o debate de uma educação para tod@s independente de sexo, idade ou ano (série), para mulheres e homens do mundo inteiro. Um direito dado a tod@s os cidadãos, visando beneficiar o pessoal, o cultural e o social, a fim de promover melhor o desenvolvimento (econômico) do país.

Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reunidos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990 [...] Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional [...] Admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível [...] proclamamos que [...] Cada pessoa - criança, jovem ou adulto deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1998, p.2-4).

Então, uma educação para tod@s partiria em decorrência de um novo olhar destinando a valorização cultural, histórica e social, criando assim, uma política com educação de qualidade que desenvolvesse no indivíduo um olhar social e crítico. Esta educação integradora e de qualidade que a Declaração propõe queria integrar tod@s, inclusive, as pessoas com NEE. "É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo" (UNESCO, 1998, p. 7).

Assim, no Brasil, inicia uma política inclusiva ventilada por esta e outras conferências internacionais que apresentam em seu debate discussões sobre uma educação integradora/inclusiva onde a escola possa se modificar e ter responsabilidades. Esse debate impacta na construção da nova LDBEN, a de 96, que institui um capítulo específico para tratar da educação das pessoas com deficiência com a seguinte especificação:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (BRASIL, 1996, p. 25).

Essa política educacional se tornou um ganho político porque permitiu uma abertura para criar proposições e ações, assim como, um investimento na formação docente em prol da garantia de tod@s a educação, inclusive das pessoas com NEE. Ainda salienta que os alunos com NEE que estiverem estudando na classe comum terá atendimento em classes específicas, escolas com atendimento especializado para atender as necessidades destes indivíduos. Todavia, tanto as ensino regular como o especializado deve garantir um currículos diferenciado com novas técnicas para o ensino e aprendizagem, materiais educativos, professores instruídos (BRASIL, 1996).

A inclusão, segundo Salend (2008 apud SILVA, 2010) é uma filosofia segundo o qual os alunos, familiares, educadores e membros da comunidade unem-se para criar escolas cuja base é a aceitação, a luta pelo direito de ocupar o seu lugar na escola e a colaboração entre os envolvidos. A inclusão se dá através da participação de tod@s, independentes de idade e cor ou nível hierárquico, todos tem o dever de contribuir para que tenham direito a uma equidade e harmonia garantida em uma sociedade democrática.

A inclusão voltada para o ambiente escolar é conceituada conforme Mendes (2006) como,

uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado “inclusão social”, que implicaria a construção de processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitadas e haveria aceitação e reconhecimento políticos das diferenças (MENDES, 2006 apud SILVA, 2010, p. 96)

Uma educação inclusiva levaria uma mudança geral onde todas pessoas tentariam pensar novas formas de incluir todos, inclusive, os deficientes, promovendo discussões sobre os direitos e oportunidades, respeitando as diferenças e a singularidade de cada um. É neste contexto que se encontra a nossa sociedade e educação atual, tentando trabalhar justamente desta forma, a fim de prover inclusão de forma igualitária.

No entanto, entre a Lei e a prática de ensino há um abismo. Muitas escolas e pessoas não conseguem, sejam por falta de amparo, de recurso, de formação, dentre outras questões, propor uma educação para tod@s e acabam por promover uma inclusão excludente, ou seja, recebem os alunos com NEE, mas os excluem do aprendizado.

Diante de todo esse aparato, a escola e seus constituintes devem colocar o foco no aluno e nas suas necessidades, por isso deve ser criado um planejamento de acordo com as

especificidades dos indivíduos e este procedimento não deve ser feito apenas pelo professor, mas por vários que assim participem do ciclo educacional e da vida do alunado.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS PARA SURDOS: DO INES À CLASSE BILÍNGUE

É a partir da primeira escola pública de surdos que surgiu em Paris, em 1771, sobre o domínio de Charles Michel l'Epee, que utilizava como metodologia os sinais metódicos, ou seja, uma combinação da gramática sinalizada francesa com a língua de sinais, que se expande no mundo, em especial no Brasil, o ensino da língua de sinais, visto que, um percussor de l'Epee, o surdo Ernest Huet, veio para o Brasil e, com ousadia, solicitou de D. Pedro II um estabelecimento para iniciar o ensino aos surdos que é, até os dias atuais, um lugar de referência para educação e inclusão social dos surdos.

Seria desejável que se encontrasse um campo adjacente ao estabelecimento, e bastante vasto, para poder encerrar todas as espécies de culturas. Eu não me associei com M. De Vassimon por falta de meios, e porque eu não tinha o local apropriado para minhas visões. Espero a sanção de nossa obra pelo Estado, proponho-me a pedir ao Governo a concessão de um terreno suficiente, de fácil cultura com respeito à idade e a fraqueza das crianças, no qual será erigido um estabelecimento monumental para glória nacional, como o reino glorioso de Vossa Majestade (HUET, 1885 apud ROCHA, 2007, p. 28).

Através deste importante pedido ao imperador que surgiu o primeiro local onde ensinariam os surdos denominado de “Ginásio Orientado para o Trabalho de Ernest Huet,” depois esse nome mudou para “*Instituto imperial de surdo-mudo*” e atualmente é Instituto nacional de Educação de Surdos. A língua usada como veículo de instrução era a Língua de sinais Francesa e os sinais dos surdos do Brasil. As condições de entrada no ensino demandava um valor porque era uma instituição privada tendo Leis, Decretos para promulgar serviços ao colégio e as pessoas (ROCHA, 2007).

Este Instituto passou por várias gestões e, diante da mal condução administradora, chegou-se a conclusão que o local para “ensino dos surdos era um asilo e depósitos de humanos”. (ROCHA, 2007, p. 35). Diante da necessidade de mudança, Tobias Leite assumiu a administração do Instituto adotando o modelo profissionalizante porque nesta época o Brasil era um país agrícola, então seria importante que os sujeitos surdos conhecessem um pouco de como cultivar produtos que constituíam a principal fonte de renda econômica da sociedade daquele momento.

Na trajetória educacional dos surdos um acontecimento marcou a história dos surdos e ocasionou mudanças negativas nas políticas educacionais, a saber, o II Congresso de Milão em 1888 no qual foram afirmados pelas autoridades que os surdos deveriam aprender a se comunicarem pelo método oral e, de modo nenhum poderia usar a língua de sinais ou qualquer gesto. A partir deste momento as políticas educacionais aos surdos objetivavam o oralismo, ou seja, a aprendizagem da língua oral. Conforme Machado entende-se que nesta concepção

está a visão medicalista do fazer pedagógico, principalmente na primeira metade do século XIX, em que instituições que trabalhavam com educação especial passaram a desenvolver suas atividades de ensino e aprendizagem através de estratégias terapêuticas, como instrução individualizada, a sequenciação cuidadosa das tarefas, ênfase na estimulação, preparação meticulosa do ambiente e treino em habilidades funcionais (MACHADO, 2008, p. 32 à 33).

Este método de ensino objetivava desenvolver habilidades do aparelho fonador, com tratamento de forma individualizada, sem contato com colegas. Para muitos surdos foi angustiante e desgastante porque os métodos e resultados eram ruins, além de permanecerem serem excluídos tiveram sua língua negada.

Durante muitos anos este foi o modelo de educação concebida mundialmente, inclusive no INES. Todavia, aqui no Brasil no período em que Lenita de Oliveira Viana assumiu a diretoria do INES novos planejamentos foram pensados e colocados em prática de acordo as especificidades de seus alunos que com o decorrer do tempo resultou na valorização da LS como meio de instrução e comunicação entre os indivíduos. Entendemos que esta conquista não foi fácil, demandaram muitos protestos e lutas para esse direito, de utilizar a língua de sinais, fosse adquirido. Dentre as conquistas adquiridas até 1993 no INES temos a criação de Revista Espaço que existe até os dias atuais, histórias infantis em Libras, cursos em Libras, o profissional surdo em sala de aula, Libras como disciplina curricular, dicionário em Libras, produção de materiais pedagógicos e informativos em Libras (ROCHA, 2007).

Esta foi uma época desmistificadora e que proporcionou novos estudos, pesquisas e oportunidades, possibilitando acontecer a regulamentação de uma das principais política pública educacionais a “LEI DA LIBRAS”, ofertando aos surdos uma educação com o foco na LS dando-lhes status linguísticos, semânticos, pragmático, histórico e cultural, se tornando um idioma ímpar de distinguido de quaisquer outras línguas.

Conforme a Lei 10.436/2002 no Art. 1º desta legislação, a Libras é “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, p. 1). Desta forma, a língua dos

surdos a partir deste momento, se tornou um meio de comunicação legal em qualquer lugar, principalmente, na sala de aula, para que pudesse favorecer aprendizagem do aluno, sendo que Libras é considerada a primeira língua e a segunda língua, a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Para regulamentar a Lei e detalhar melhor a educação dos surdos desde a educação infantil até o ensino superior, em 2005 foi sancionado o Decreto nº 5626/05 que regulamenta a referida Lei e esse Decreto apresenta no capítulo IV intitulado “Do uso e difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas a educação” garantias educacionais aos surdos.

as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso a comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior [...] ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos; [...]As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005, p. 3- 4).

Logo, devem oportunizar na trajetória escolar dos surdos o acesso a comunicação e informação dentro e fora das instituições de ensino. Para tanto, compete ao governo oferecer um aparato para o atendimento dando assistência e qualificação para os professores para ensino da LS e da SL, atuação de intérpretes⁴, professores de Libras, avaliações adequadas ao aprendizado de uma segunda língua, dentre outros aspectos como a articulação e fomento de classes bilíngues com o ensino de Libras como PL e Língua Portuguesa como SL, conforme garante o inciso IV do Art. nº 28 da Lei nº 13.146 de 2015.

É salutar informar que desde o advento da LDBEN de 96, a maioria dos surdos no Brasil passou a estudar em classes comuns e, alguns, com a tradução da aula por intérpretes, após garantia deste profissional em legislações. Para facilitar este ensino, acreditamos que foi incluído a Libras como componente curricular nas licenciaturas e, posteriormente, o parágrafo primeiro do Art. 23, do Decreto nº5626/05 onde explicita que “deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre as especificidades linguísticas do aluno surdo”.

⁴ Este profissional deve atuar na tradução/ interpretação simultaneamente ou consecutiva entre as duas línguas, a LS e a LP oficial do nosso país. Conforme a Lei 13.146/2015, os tradutores e intérpretes de Libras atuantes na Educação básica devem ter na sua formação o nível médio e a proficiência em Libras e os tradutores e intérpretes de Libras atuantes no Ensino Superior devem possuir Ensino Superior, prioritariamente, formação em Tradução/interpretação em Libras.

Essa disponibilidade de acesso ao saber para os educadores é essencial, pois é bom que eles tenham em mente um conhecimento amplo sobre o aluno surdo para que possa conviver dentro da sala de aula, dialogar, avaliar e preparar os conteúdos de acordo as especificidades deste aluno, mas não garante que este ensino seja em Libras.

A oferta de classes bilíngues com o ensino de Libras como PL e Língua Portuguesa como SL foi conquistada por vias políticas em 2015 na Lei supracitada. Inicialmente as classes bilíngues para surdos foram constituídas em,

escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005, p. 6).

Conforme podemos observar nas letras do Decreto, era facultado as classes bilíngues o ensino em Libras como PL, portanto, devido aos contextos sociais e educacionais, onde a maioria dos alunos presente nas escolas é ouvintes, muitas classes bilíngues se constituem com o ensino em Língua Portuguesa e a presença de intérprete, apenas, sem mudanças significativa no currículo, etc.

Não estamos aqui emitindo um posicionamento favorável ou contrário a inclusão do aluno nas classes comuns visto que, devido a extensão territorial não podemos engessar uma proposta política educacional homogênea, mas problematizar o ensino se faz necessário em virtude de que, esta proposta de bilinguismo tem, na prática, ocasionado uma exclusão educacional do surdo, sem um currículo e recurso adaptados para atender esta clientela. A aula é pensada em grupo específico, que são os ouvintes, e a minoria que são os surdos, ficam perdidos na aprendizagem. Não há respeito a diferença linguística dos surdos.

Assim, o desafio atual é a efetivação de classes bilíngues, para tanto, se faz necessário uma formação na área. O Decreto supracitado reafirmou este compromisso ao instituir o Art. 11 com os seguintes termos:

O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:
 I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;
 II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos (BRASIL, 2005, p. 3).

Desta forma, as universidades iniciaram essa formação apoiados em programas específicos como "Viver Sem Limites"⁵ que fomentaram a criação de cursos de Licenciatura em Letras/Libras ou em Pedagogia Bilíngue. Ratificamos que o Curso de Letras com habilitação em Libras da UFRB, embora tenha pactado com este programa, ele é anterior ao programa e surge com o desafio de contribuir com a formação na área no Recôncavo da Bahia.

Sendo assim, atualmente a política educacional aos surdos tem ocorrido mediante da atuação de intérprete em classes comuns e outros espaços públicos e privados de ensino e, da classe ou escolas bilíngues, além disso, é direito do aluno surdo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para complementar ou suplementar a sua formação, respaldado no Decreto nº 7.611/2011.

As orientações para o AEE aos surdos destacam que ele deve ocorrer em três momentos, a saber, a) explicação dos diferentes conteúdos curriculares em Libras; b) ensino de Libras, principalmente de termos científicos; c) ensino de Língua Portuguesa (DAMÁZIO, 2007).

A oferta deste atendimento educacional é de responsabilidade das unidades escolares públicas e privadas e deverá ocorrer tanto em sala de aula como em salas de recursos, em turno oposto, com adaptação nas formas de avaliação para o aprendizado da SL, de acordo a singularidade de cada aluno, utilizando como ferramentas recursos tecnológicos e eletrônicos para favorecer aprendizagem.

Conforme o inciso IV do Art. nº 14 do Decreto 5.626/2005, as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal devem "garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula, e também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização" (BRASIL, 2005, p. 4).

As escolas devem dá suporte necessário ao aluno surdo para que ele adquira melhor o conhecimento, assim como deve promover a divulgação da LS para a comunidade escolar e extraescolar e ofertar recursos eletrônicos e tecnológicos. De acordo com Dorziat (1998 apud DAMÁZIO, 2007, p. 14),

os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para

⁵O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, foi lançado no dia 17 de novembro de 2011 (Decreto Nº 7.612) pela presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. (Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>>)

escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez. Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos.

Apesar destes aparatos legais, na prática, não tem ocorrido mudanças significativas, visto que ainda há uma escassez de profissionais capacitados, não há o ensino da Libras aos ouvintes; avaliação e recursos adequados; nem algumas vezes a presença de um intérprete de Libras para facilitar a aprendizagem.

É relevante destacar que, o intérprete tem um papel importante na educação dos surdos, eles facilitam o conhecimento de mundo, auxiliando no aprendizado escolar e também na interação entre os demais indivíduos presente neste espaço. Destacamos o que a autora Lacerda (2013) nos adverte sobre a atuação do interprete educacional (IE) e os demais intérpretes. O IE não deve ocupar o papel do professor, mas a função do IE é diferente do interprete/tradutor LS porque ele pode auxiliar ao professor mostrando o que está dificultando a aprendizagem do aluno na aula, bem como pode ajudar o aluno no aprendizado devido ao seu conhecimento sobre a Libras.

Por isso, (LACERDA, 2013, p. 35) nos afirma que “o trabalho do (IE) vai além de fazer as escolhas ativas sobre o que deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno, ainda que implique solicitar ao professor que reformule suas aulas”. Por isso, é essencial que o sujeito surdo tenha acesso a esses profissionais, pois o mesmo ajudará tanto o aluno como educador a trabalhar os conteúdos propostos na grade curricular.

Por fim, seja na classe comum, ou escola bilíngue ou no AEE, o ensino ao surdo deve privilegiar o aspecto visual. Os conteúdos a serem aplicados devem ser bastante visual com fotos, maquetes, cartazes, com conteúdos impressos e coloridos, tecnologias, câmaras, softwares, laptops, a obra prima real, dentre outros. Isso facilitará que o aluno compreenda o conteúdo, desenvolva melhor o seu cognitivo e amplie seu vocabulário e conhecimento de mundo.

Apesar da trajetória escolar do surdo, da negação, por um século, de sua língua como princípio para a aprendizagem, as políticas educacionais aos surdos tem garantido e reafirmado as suas especificidades, sejam no aprendizado da Libras, da Língua Portuguesa, na utilização de Tecnologias Assistivas e de intérpretes. Este direito garantido proporciona uma educação inclusiva com foco na aprendizagem do aluno. Esta forma de conceber o ensino é

muito importante porque se educação está centrada no aluno eleva novas práticas, metodologias para que desenvolva melhor as suas habilidades.

A atual Lei nº 13146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem legitimado os direitos sociais, profissionais de saúde e educacionais, a constituindo no Art. 27 como

direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 8).

Esta Lei, conforme citamos anteriormente, dispõe a oferta de uma educação inclusiva com abordagem bilíngue. Quando se pensa em ensino bilíngue estamos pensando na visão do surdo não ser adaptado para satisfazer a comunidade ouvinte, mas a sua diferença como algo que abrange todo o seu percurso histórico e cultural, por isso, Machado, (2008, p.67) nos afirma que “na proposta da educação bilíngue construída com a comunidade surda, o surdo não almeja essa adequação, pois, como parte de uma minoria linguística, ele assume sua surdez como uma diferença histórica e cultural”.

Temos que entender que os surdos têm a sua história e a sua cultura com sua singularidade e diferença devendo ser respeitadas em todos os aspectos, e, em particular na educação. Uma educação bilíngue desenvolve uma pedagogia de surdos destacando os

aspectos culturais como a língua de sinais, que é um elemento importante para surdos se sentir independente e em condições de debater com os ouvintes. É uma pedagogia feita com experiências visuais, com experiências que são constantes na cultura dos surdos. Contém elementos [...] com construções de significados culturais [...]. Contém um currículo próprio para educação dos surdos (PERLIN e MIRANDA, 2011, p. 107).

Esta nova política de ensino é pensada de acordo a realidade e a diferença dos alunos surdos, tendo consciência das suas habilidades e de suas dificuldades, potencializando as experiências visuais com outros surdos e sua história cultural. Esta pedagogia oportuniza que o surdo desenvolva aspectos linguísticos, sociais, culturais e histórico com afinco e por isso deve ser privilegiado em detrimento de outras.

3. O CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO

A metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Assim, ela ocupa um lugar central no interior das teorias e devem sempre estar referidas a elas. (Lenin apud Minayo, 1994, p. 16)

Por ter uma abordagem qualitativa, este estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa empírica, se embasando no estudo de caso que, segundo Martins (2008), nos permite fazer uma análise profunda do campo. Por investigar a efetivação das políticas públicas educacionais aos surdos numa escola municipal, esta se tornou a principal fonte para fazermos este exame minucioso.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001, p. 32).

Portanto, a investigação do contexto político educacional dos surdos foi realizada através de entrevistas estruturadas a 6 sujeitos envolvidos no processo educacional dos surdos. Este documento e entrevistas foram analisados através de uma “[...] descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos” (MARTINS, 2008, p. 6).

Ainda conforme Gil (2010, p. 17), a pesquisa é entendida "como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". Sendo assim, essa pesquisa tem o esforço compreender o problema elencado e, a partir das falas dos sujeitos envolvidos, objetiva analisar a efetivação das políticas educacionais para surdos em um determinado lugar.

O critério de escolha do *lôcus* da pesquisa se deu por privilegiar a unidade escolar no município de Amargosa que tivesse alunos inclusos e, especialmente, que ofertasse a modalidade bilíngue de ensino. Desse modo, a escola municipal Vivalda Andrade de Oliveira é, historicamente, reconhecida pela influência da Libras tanto para crianças como para jovens e adultos e pela oferta da classe bilíngue e do AEE.

3.1 O LÓCUS DA PESQUISA: O CONTEXTO DA ESCOLA

A escolha da Escola-campo ocorreu pelo histórico com surdos que a Escola Vivalda apresenta. A compreensão do contexto do lócus da pesquisa ocorreu mediante visitas à instituição e entrevista com a coordenadora, visto que a direção não pode atender naquele momento devido a outras demandas. Inicialmente, foi explicado o interesse e o objetivo da pesquisa, em seguida, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cf. apêndice), o qual foi assinado pela direção permitindo a pesquisa na unidade escolar.

A entrevista ocorreu na sala da coordenação e, apesar das interrupções, não impossibilitou a compreensão do contexto escolar. A coordenadora se mostrou disposta em responder as perguntas e fornecer os documentos que a escola possui em arquivos, a saber: o Plano Unificado (2008); Plano anual do 4º e 5º ano; o portfólio da classe bilíngue. Estes documentos foram entregues para uma leitura durante o período da visitação na escola que durou 8h, mas não foi possível fazer uma análise minuciosa posteriormente.

Nos documentos foi identificado que a unidade escolar está localizada no bairro Santa Rita em Amargosa-Ba. Foi pensada com intuito de atender as necessidades da comunidade local, e, por isso, que em julho de 1971, foi fundada a “Obra Social Santa Rita” e legalizada conforme o Decreto nº 2941/1972, na capela da igreja Santa Rita, enquanto não tinham um local específico para sediar a escola.

Posteriormente, foi construído um prédio que recebeu o nome de “Grupo Escolar Vivalda de Andrade” em homenagem a uma senhora chamada “Tia Vivinha” que fazia trabalhos sociais as crianças carentes do município. Em 14 de março de 1999 a escola foi municipalizada passando a se chamar “*Escola Municipal Vivalda Andrade Oliveira*”.

Atualmente conserva o mesmo nome e oferta o ensino fundamental I em tempo integral, com um quadro de 50 funcionários (sem deficiências). Destes 20% compreendem a LS. Tem 560 alunos matriculados, dentre estes tem 3 alunos surdos, 5 alunos com transtornos de espectro autistas (TEA) e 1 aluno com paralisia cerebral (PC). Os alunos surdos estão inseridos em classe bilíngue multisseriada entre 4º e 5º ano. Na unidade escolar não tem surdo incluso na classe comum.

A escola oferta o ensino bilíngue desde 2011 proporcionando a educação das 08h às 11h com intervalo de 15 min. e a tarde o AEE na sala de recurso com 2h de duração, neste momento o aluno tem 1h para o aprendizado LP e 1h para o aprendizado sua língua materna, SL. No AEE há a atuação de uma professora para cada área. Contudo, no período da entrevista só tinha uma profissional que ensinava Libras como PL. O AEE presta atendimento

semanal há 14 alunos surdos do município e, neste trabalho utiliza a Libras para ensinar e apresentar novos sinais, palavras e conceitos com auxílio de recursos visuais. A escola não tem um plano de curso para classe, mas apresentou um portfólio com os planos de aula adaptados e supervisionado pela coordenadora pedagógica. O programa semanal é uma adaptação da grade curricular classe comum.

O único documento legal que encontramos na unidade escolar foi o Regimento Unificado (2008) baseado na LDBEN de 1996 e nas normas municipais (CME), no entanto ainda não foi reestruturado pela nova gestão. Neste documento no art. 9 apresenta o dever da escola para com os alunos deficientes.

as unidades escolares deverão oferecer serviços especiais aos alunos **portadores [sic]** de deficiência, bem como aos superdotados quando houver condições orientadas pelo órgão competentes. São considerados como serviços de educação especial; classe comum com apoio de professor regente, especialistas na área, sala multifuncional, oficina pedagógica e profissionalizante (AMARGOSA, 2008, p.6).

Então, cabe a unidade escolar disponibilizar meios para integração em atividades pedagógicas fornecendo condições necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem dos seus alunos através de conhecimento novo e atualizado, incentivando os alunos a desenvolverem as suas habilidades e buscando efetivar as políticas públicas de acessibilidade de conhecimento e informação.

3.2 OS SUJEITOS COLABORADORES DA PESQUISA

Depois de ingressar no campo de pesquisa, retornei a unidade escolar para conversar com os interlocutores indivíduos e, nesse momento, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e agendamos as entrevistas com 4 profissionais, sendo: 1 coordenador, 1 Professor da classe bilíngue, 1 diretor e 1 professor do AEE. Esses indivíduos assumem carga horária que varia de 20 a 40 horas na escola. Foram também solicitados para a entrevista 1 aluno surdo que estivesse matriculado na unidade escolar e, que soubesse o básico da Libras e o seu responsável, que identificou-se como a mãe. Estes sujeitos colaboradores da pesquisa foram nomeados por nomes fictícios e apresentam o seguinte perfil que, metodologicamente, explicitaremos no quadro seguinte para melhor organização e percepção das falas.

Quadro 1 - Perfil dos sujeitos colaboradores da pesquisa

Sujeito	Nome Fictício	Nível de Escolaridade	Tempo de atuação na educação	Tempo de atuação na Escola-campo(lócus)	Conhecimento de Libras	Fluência na Libras
Professora do AEE	Carla	Superior	1 ano e sete meses	4 meses	Sim	Sim
Professora da Classe bilíngue	Joana	Superior (incompleto)	4 meses	4 meses	Sim	Sim
Coordenadora	Beatriz	Superior	17 anos	5 meses	Sim	Não
Diretora	Roberta	Superior	30 anos	6 meses	Não	Não
Aluno surdo	Marcelo	Anos iniciais do Ens. Fundamental	----	-----	Sim	Sim
Mãe	Simone	Ensino Médio (Incompleto)	-----	-----	Sim	Sim

Conforme *Quadro 1*, **Carla** é graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Libras, pós-graduada em Libras e com especialização em Tradução/ Interpretação com carga horária de 390h. Iniciou seu trabalho no AEE como professora LS no início do ano letivo de 2017, mas ainda estava se habituando a processo de ensino, ou seja, com a proposta de AEE para surdos.

Joana é graduanda em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Libras pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Está exercendo função há 4 meses e, é seu primeiro contato no ensino ao surdo.

Beatriz é graduada em pedagogia, com formação continuada sobre educação especial em autismo, surdez e cegueira. Iniciou a coordenação na referida escola há 4 meses e, é a responsável por acompanhar as atividades da docente da classe bilíngue, assim como das outras professoras da unidade escolar.

Roberta é graduada em Pedagogia, com experiência na educação há 30 anos, sendo que trabalhou na **Escola**-campo no ano de 1999 até 2003, retomando para a escola somente no ano de 2017, como diretora. Não tem conhecimento sobre a Libras nem formação continuada na área da surdez ou Libras.

Marcelo, aluno surdo, é natural de Amargosa, tem 10 anos, e sua surdez bilateral foi descoberta quando ele tinha 8 meses através do teste da orelhinha. Com 1 ano foi estudar em uma escola particular na qual ficou até os 5 anos. Nesta época, surgiu um projeto para inclusão dos surdos na rede pública que resultou na classe bilíngue na Escola Vivalda Andrade de

Oliveira. Além da classe bilíngue o referido aluno frequenta o AEE e todo o conhecimento que adquiriu da Libras foi dentro da instituição de ensino, devendo fazer um adendo a um grupo evangélico que está atualmente ensinado suas crenças em Libras em sua casa. Devo salientar também que, o motivo da escolha deste aluno é porque na escola ele é quem tem o maior nível de conhecimento da Libras, conforme relatou a professora.

Simone, a mãe de Marcelo, é natural de Mutuípe-BA, morou em Simões Filho, mas depois se deslocou para esta cidade, na qual reside há 13 anos. Não tem o Ensino Médio completo. Tem dois filhos, sendo que um é surdo. Sabe o básico de Libras que aprendeu em contato com filho surdo e através também do projeto que surgiu na Associação de familiares e amigos de pessoas especiais (AFAGO) que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) disponibilizou um curso durante um período com aula semanal para os pais que tinham `filh@s surd@s`.

3.3 INSTRUMENTOS PARA COLETAS DE DADOS DA PESQUISA

Segundo Martins (2008) para fazermos um estudo de caso temos que ter a questão norteadora, as fontes que vão sustentar o nosso embasamento teórico, planejamento e as técnicas de coletas de dados. Portanto, diante do questionamento “quais políticas públicas educacionais a escola tem implementado para os seus alunos?”, esta pesquisa elegeu a entrevista estruturada como instrumento de coleta de dados, e utilizou como auxílio um gravador para recolher os áudios que foram analisados. Além disso, realizamos também leituras em documentos da escola.

A entrevista estruturada é aquela que “[...] se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas” (GIL, 2010, p. 117), portanto, elencamos questões que evidenciassem ações e promoção da educação aos surdos, baseados nas políticas nacionais. A entrevista neste sentido serviu para “entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente” (MARTINS, 2008, p. 27). Além, da análise de documentos, ou seja, as verificações das políticas educacionais nos documentos da escola objetivaram compreender a consolidação da abordagem inclusiva ao surdo na Escola-campo.

Desse modo, a entrevista foi realizada com 6 indivíduos, individualmente, os quais foram identificados a partir de nomes fictícios já especificados. “A estratégia para a realização de entrevistas em levantamentos deve considerar duas etapas fundamentais: a especificação dos dados que se pretendem obter e a escolha e formulação das perguntas”(GIL, 2010, p.

117). Assim, ao observarmos os objetivos da pesquisa elencamos categorias para análise com base na seguinte divisão: a primeira com os servidores da escola; a segunda com um familiar; a terceira com um discente surdo.

Com relação a entrevista com os servidores da escola elencamos as seguintes categorias de análise:

- a) modalidades e efetivação de oferta de ensino aos surdos;
- b) currículo ao surdo;
- c) atividades afins da escola para os surdos, principalmente de acessibilidade e permanência;
- d) os recursos utilizados para auxiliar na aprendizagem;
- e) formação continuada para pais, alunos, professores e demais servidores da unidade escolar.

Para dialogarmos com a mãe do aluno surdo elencamos as seguintes categorias de análise:

- a) Relação Escola-Família;
- b) Concepção de surdo;
- c) Sobre o processo educacional de seu filho;
- d) Direitos do filho surdo.

Por fim, nossa entrevista com o aluno surdo ocorreu, inicialmente, com a ajuda da professora de Libras com PL do AEE, no entanto, houve a necessidade de fazermos uma nova entrevista visando detectar melhor os resultados. Desse modo, entramos em contato com a mãe do aluno e marcamos um novo encontro. Neste, uma professora de Libras da UFRB nos auxiliou nesta nova etapa. Para tanto, reformulamos as perguntas a partir do nível linguístico do aluno, entendendo que este ainda está em fase aquisição da LS, bem como levamos imagens para auxiliar na explicação no decorrer da entrevista. A partir deste pré-requisito foi criada perguntas considerando dos seguintes critérios:

- a) Políticas de ensino ao surdo;
- b) Inclusão na escola;

Portanto, esse capítulo apresenta como foi desenvolvido o percurso metodológico a fim de responder os objetivos deste trabalho através de um diálogo com os entrevistados e aportes teórico para entendermos como a unidade escolar tem efetivado a educação dos alunos surdos.

4. UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS NA ESCOLA MUNICIPAL VIVALDA ANDRADE DE OLIVEIRA

A pesquisa é uma ocasião privilegiada que agrupa o pensamento e a ação de uma pessoa ou grupo, no esforço de produzir conhecimentos sobre aspectos da realidade que deveria auxiliar na composição de possíveis soluções para os problemas existentes. LÜDKE e ANDRÉ (1986)

Este capítulo tem como objetivo analisar através dos relatos dos colaboradores como a Escola Municipal Vivalda Andrade de Oliveira tem efetivado as políticas educacionais aos surdos. Conforme explicitamos, a análise foi realizada inicialmente com as narrativas dos servidores da escola, depois com o da mãe do surdo e, por fim, com do aluno surdo.

4.1 AS INTERLOCUÇÕES COM OS SERVIDORES DA ESCOLA

Sobre a modalidade de ensino aos surdos

É importante esclarecer que, as modalidades de ensino aqui são aquelas que a escola adota para atender aos seus alunos surdos, recebendo o apoio do Estado e do Município através de auxílio que contribuam com a educação. E, diante disto, as colaboradoras Carla e Joana apresentam que a escola adota as seguintes estruturas:

a escola tem uma classe bilíngue, mas o município tem duas classes bilíngues. O AEE e só, e disponibiliza intérpretes, mas eu acho que já entra nas questões das políticas públicas voltadas para a educação dos surdos, né? (CARLA).

Como proposta de ensino, acredito que o ensino bilíngue e o AEE. E também o acompanhamento da coordenadora me dando ideias de ensino e ajuda nas atividades (JOANA).

Para estas colaboradoras a escola adere à proposta bilíngue e o ensino especializado, que é o AEE. Estas possibilidades de ensino estão previsto no inciso IV do Art. 27 e 28 da Lei nº. 13.146/2015 que apresentam o direito da comunidade surda, as incumbências do poder público para com eles.

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como

segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (BRASIL, 2015, p. 13).

Encontramos também no parágrafo 3 do Art. 14 do Decreto 5.626/2005 e no Decreto nº 7.611/11 que apresentam como sendo obrigação das instituições públicas e privadas oferecer o atendimento especializado as pessoas com surdez.

Ressaltamos que Joana não só afirma as ofertas de ensino, como também apresenta uma proposta que a escola adota para auxiliar o professor “*um acompanhamento da coordenadora*”. Este auxílio tem como objetivo contribuir com o conhecimento e prática do educador.

Contudo, é importante destacar que na leitura da fala de Carla, há uma compreensão de que apenas a presença de intérpretes é uma política pública, descaracterizando as demais ações ou proposições.

Beatriz e Roberta, inicialmente, não conseguem identificar classe bilíngue como uma proposta de ensino para os surdos, mas durante a discussão afirmam que

como eu te falei, eu ainda não conheço uma proposta, então eles tem uma classe que é uma classe diferenciada, não estão na turma regular, a bilíngue, eles recebem um currículo que por enquanto é o mesmo das outras turmas e a orientação que a gente dá para o professor é que ela vá reorientando os conteúdos para ele, reorientado os conteúdo para administrar na sala da bilíngue, então, por exemplo, tem uma questão no currículo que é análise fonológica, é uma questão que é retirada do currículo deles, do plano de curso deles, porque não faz sentido fazer análise fonológica com eles, aí ela faz um outro tipo de estudo da palavra dentro da frase, então há essas reorientações (BEATRIZ).

É, ainda está sem ter uma diferenciação, entendeu? [...]A gente tem o ensino com a professora da classe bilíngue, que tem três alunos, né? [...] (ROBERTA).

Portanto, as colaboradoras expõem não ter conhecimento de uma proposta de ensino que a escola adote, mas apresentam que a escola oferece uma classe bilíngue e um currículo adaptado pela professora de acordo as necessidades da turma, sendo que o currículo contemplado na educação dos surdos é igual ao da classe comum, por isso alguns assuntos vão sendo retirados conforme a educadora veja a escassez.

Todavia, na fala de Roberta há uma compreensão de que ainda nada tem se pensado sobre o ensino para o aluno surdo na escola. Nos devemos pensar que já estamos em mais da metade do ano e não houve uma discussão/formação por parte da direção sobre a constituição

desta classe na escola. É importante que todos da escola compreendam que esta classe surge, por direito, pela necessidade formativa de alunos surdos.

As justificativas apresentadas pela ausência de discussões sobre o ensino aos surdos se dá pela modificação de gestão a cada 4 anos e, com isso, novas pessoas adentrarem na escola. Para esta gestão e muitos servidores, o contato com os surdos e a classe bilíngue é algo novo. Então, até o novo grupo se organizar, possivelmente, haverá transtorno na educação dos alunos surdos.

É comum, por serem a minoria na unidade escolar, os surdos ficarem para o segundo plano, cabendo só ao professor da classe administrar o ensino, não havendo uma disposição escolar voltada para o educação destes alunos. No entanto, salientamos o esforço da coordenação em acompanhar as atividades da docente, o que é salutar!

Como a escola tem efetivado o ensino aos alunos surdos

Sabemos que o aluno surdo incluso classe comum ou em classe bilíngue é uma grande discussão dos últimos anos, porque dentro dos dois modos de ensino encontramos entraves que não são fáceis de serem resolvidas. E, por isso, entendo que a melhor forma para inclusão do aluno surdo seja aquela que atenda às suas peculiaridades, que favoreça a sua aprendizagem resultando no conhecimento satisfatório. Desta maneira, não poderei deixar de afirmar que a classe bilíngue é uma opção legalizada, fruto de estudos e movimentos surdos por acreditarem que, para aquisição de uma língua é necessário o contato constante entre surdos, para além, de que o surdo aprende melhor quando é ensinado em sua natural, a LS.

Nesse sentido Joana afirma que

a sala bilíngue é muito interessante porque os alunos surdos na classe comum eles não conseguem ter o mesmo aprendizado que os outros. Essa classe bilíngue sendo na primeira língua deles que é a Libras, eu acho que é esse o modelo mais efetivo (JOANA).

Desse modo, conforme as autoras Perlin e Miranda (2011) a classe bilíngue possibilita uma pedagogia própria para os surdos, através de experiências visuais, respeitando a cultura dos surdos. Do mesmo modo, Joana afirma que a classe bilíngue é uma boa opção porque o surdo tem um ensino voltado para suas especialidades, a Libras flui de forma efetiva, o conhecimento é mais significativo e a aula é mais produtiva porque toda a atmosfera proporciona uma pedagogia voltada para aluno surdo.

Carla, por atuar como intérprete em outra unidade escolar e recentemente no AEE, mostra em sua fala que a educação bilíngue seria uma boa forma de educação para os surdos, embora também ela defenda a proposta de educação bilíngue em sala com alunos ouvintes, sendo que os planos de aula precisam ser adaptados, essa seria uma proposta possível e amparada no Decreto nº 5626/2005, mas no contexto real, de maioria ouvinte e minoria surdos, essa bilinguismo tem se resumido em traduções de aulas para os ouvintes porque os professores, além de não saberem Libras para ensinar na LS, acabam por pensar mais em práticas de ensino para ouvintes.

[...] O que eu percebo dos alunos surdos que eu tenho na classe comum, eles não desenvolvem suas potencialidades, não por culpa deles, é culpa principalmente dos profissionais que não adaptam suas atividades, suas metodologias, sua didática para trabalhar com esse público surdo, e aí em contrapartida, eu sei que também não pode excluir esses alunos surdos do convívio social, né? Do convívio com outras pessoas com ouvintes, né? De uma sala regular eu acho que não pode, então eu ainda não tenho uma opinião formada se deve ou não colocar o surdo na sala regular, mas eu acredito que a ideia seria que tivesse um ensino bilíngue para os surdos e também que se fosse na sala regular que professores tivessem metodologias voltadas para os surdos porque as metodologias voltadas para os surdos são eficientes também, são eficazes também para pessoas ouvintes, os ouvintes conseguem aprender com metodologias voltadas para surdos, mas os surdos tem dificuldades de aprender com metodologias ouvintistas, né? (CARLA).

Segundo Carla o aluno incluso na sala regular é uma boa opção desde que o professor adapte seus planos e metodologias. Podemos confirma também, sem dúvida, que esta forma de ensino pode favorecer também o aluno surdo. Há neste processo de ensino várias implicações, dentre elas, a formação docente e sua habilitação em duas línguas para atuação concomitantes. Deste modo, alguém sempre será prejudicado, e neste processo educacional, são os surdos.

Em continuidade, temos depoimento de Beatriz que acredita na inclusão do surdo na ensino regular, mas

[...] com o currículo diferenciado para eles, né? Se tiver uma intérprete na sala, se tiver não é o que é de direito uma intérprete na sala, mas eu acho que a turma regular é bem mais proveitoso porque a gente se preocupa muito em querer alfabetizar , alfabetizar, ensinar ao menino surdo ler e escrever e a gente sabe que as regras da sociedade que a gente vive é uma sociedade de regras, a gente vive em ambientes que necessita de combinados de convivência social e eles fazem isso muito bem, então eu acho isso muito mais importante, no momento que está numa turma só bilíngue pode pedir, pode não garantir todos esses aspectos, né? Numa sala regular tem vários

combinados de respeitar o colega, de não gritar, de andar quando for sair para o refeitório, lá eles saem de um lugar para outro, então essas regras podem perder quando só dois ou três alunos numa única sala e, dentre tantas situações que surgiam numa turma regular de 30 alunos e que não vai seguir numa de 3. Então eu acredito no surdo, na turma regular, seja bem mais proveitoso [...] (BEATRIZ).

Portanto, Beatriz traz uma discussão sobre o surdo incluso na sala regular sendo a melhor opção porque quando o aluno é incluso neste ambiente ele vai ter conhecimento maior sobre as regras de convívio social, vão aceitar os combinados. Contudo, e o aprendizado da Libras? seria contemplado? será que a didática de alfabetização de alunos ouvintes se aplica em alunos surdos? E o desenvolvimento linguístico e cognitivo do surdo não é levado em consideração?

Sobre a coordenação a Classe bilíngue, ela afirma também que

[...] nem todo mundo tem capacitação para estar orientando esse professor. A gente não sabe o que acontece. Ninguém acompanha a aula dele durante 4 horas todos os dias. A gente faz uma visita de 30min de 2h no máximo, uma visita ao mês e a gente não sabe o que acontece todos os dias. Às vezes é enfadonho porque 3 meninos fazem a tarefa rapidinho, ficar 4 horas numa sala sozinhos. Então eu acho que no momento que se pensar um currículo diferenciado pro surdo dentro da proposta da turma regular vai ficar bem mais interessante (BEATRIZ).

Desta forma, a entrevistada afirma que nem todo mundo tem capacitação para lidar com os surdos, ou seja, dá um suporte melhor para a professora e alunos. Podemos perceber também em sua fala a ausência de formação sobre classe bilíngue, seja para a coordenação quanto aos docentes no planejamento/tempo.

Ela destaca que, a aula de 4 horas é enfadonha para eles sozinhos. Todavia, o ensino na classe bilíngue não deve acontecer com o mesmo tempo da sala regular? Existem Leis que afirmem que o ensino aos surdos devem acontecer em menos tempo? Não! É tudo igual, o tempo e ambiente é o mesmo, no entanto, o que vai modificar são os instrumentos usados para o ensino, o currículo, o profissional, as metodologias, as atividades e a língua de instrução.

É preciso entender que está em uma classe bilíngue não é sinônimo de estarem segregados, pelo contrário, estão se comunicando melhor em sua língua e, dentro deste espaço, ele também pode aprender com as regras de convivência. Também é importante que a convivência com os ouvintes ocorram no espaço escolar fora da sala de aula, e parece que isso é marginalizado.

Na classe comum ele poderá perder o maior contato com sua língua, a sua comunicação pode ser frustrada devido ao número reduzido de pessoas na escola não conhecerem a Libras. Um bom exemplo, é quando o intérprete sai da sala de aula, o aluno fica perdido sem ter como se comunicar com os professores e colegas. Por isso, estar em uma classe bilíngue não é sinônimo de exclusão e enfado, ao contrário, deve ser umas das melhores formas de inclusão.

O fazer das atividades e terminar rápido acontece tanto na classe comum como na bilíngue. Desse modo, cabe ao professor regente preparar seu plano conforme a duração da aula porque se os alunos forem sempre soltados cedo, como ficará a aprendizagem?

No paralelo entre ensino de classe bilíngue versus ensino na escola regular a colaboradora, equivocadamente, denuncia que apenas a tradução facilitaria o aprendizado

[...] Não é nem preparar um diferenciado para eles, eles tendo um intérprete, [...] então as reorientações só seriam no que diz respeito na atividade ali no caderno, então o professor poderia fazer isso muito bem, até porque as turmas nunca são homogêneas, são heterogêneas[...] (BEATRIZ).

A coordenadora expressa que um intérprete é suficiente para que o aluno entenda o conteúdo das diversas áreas do conhecimento, não precisando que o professor reformule seus planos, pois segundo ela o educador já faz um plano diversificado para turma, então as orientações seriam nas atividades de português e matemática. Desta do forma, como ficam as outras áreas do conhecimento? Será que este plano diversificado é usado continuamente ou são feitos de vez em quando? Esta é uma das questões que ainda precisa ser discutida quando se trata de planejamento.

Diante disto ela afirma que,

seria importante até que todos os professores tivessem um aluno surdo na sala porque o que mais a gente orienta que tenha materiais concretos, que tenha texto que eles de uma aula a partir de um painel, de um texto para confecção de um mural, então todas essas orientações são dadas a todos os professores das classes regulares. Infelizmente, alguns não fazem, continuam tentando se ater só uma coisa (BEATRIZ).

Então, é possível compreender na fala da coordenadora que a presença de um aluno surdo não garantirá a mudanças nas práticas de ensino e que a melhoria precisa ocorrer para todos! Logo, percebemos que o ensino não vai ser voltado para atender a peculiaridades do

alunado, tendo em vista que este representa a minoria dentro da sala de aula, isto resultará em uma educação que não explora amplamente os aspectos intelectual e cognitivo do estudante.

Ainda sobre a proposta de ensino aos surdos a diretora aponta também que ainda não foi discutida esta questão, mas salienta que merece destaque nas formações iniciais no componente Libras e de Língua Portuguesa. Ao falar do ensino aos surdos na classe bilíngue destaca que tem que

<p>[...] ater a alfabetizar esses alunos [...] Eu vejo que os três que eu tenho aí, nenhum dos três estão alfabetizado. [...]na hora que vem pra ser alfabetizado mesmo, uma leitura né? [...] eles ainda não conhecem, ainda não estão (ROBERTA).</p>
--

A alfabetização pontuada pela diretora se refere ao processo de ler e escrever palavras, contudo, os estudos sobre o processo de aquisição da Língua Portuguesa como segunda língua são marginalizados nas escolas e, na classe bilíngue e no AEE devem ser privilegiados porque o surdo, conforme Fernandes (2006), passa por processo distinto de aquisição do português escrito.

Sabe-se, sem sombra de dúvida, que é perfeitamente possível que os surdos mergulhem no mundo da leitura e da escrita por processos visuais de significação que têm na língua de sinais seu principal elemento fundador. [...]Aprender o português, nesse sentido, demanda um processo de natureza cognitiva (para o surdo) e metodológica (para o professor) que difere totalmente dos princípios que a literatura na área do ensino de português como língua materna tem sistematizado, nos últimos anos (FERNANDES, 2006, p. 6).

A alfabetização para os ouvintes requer utilização do aparelho fonador e auditivo para auxiliar na fala e na interpretação dos sons, já no caso dos surdos que aprendem através das experiências visuais ele deve ser letrado, tendo em vista que a sua leitura é feita como um todo e a escrita vai ser desenvolvida através da significação na LS e dos contextos sociais os quais os surdos estão inseridos.

Desse modo, ficou evidente nas falas que, apesar da oferta da classe bilíngue com obediência as políticas públicas educacionais aos surdos, o ensino bilíngue não é percebido como um processo inclusivo do surdo e que há uma necessidade formativa sobre o aprendizado do aluno surdo. É salutar a preocupação de todos no processo de aprendizado dos alunos.

Sobre o currículo para os alunos surdos

Por entender que a presença de um currículo que respeite as expressões culturais dos surdos é fundamental no desenvolvimento da educação destes alunos, principalmente, num ensino bilíngue é que propusemos compreender como esse princípio é mediado na escola. Desse modo, ao questionar sobre o currículo no ensino aos surdos pudemos verificar iniciativas de adaptações, priorização da Libras e do aspecto visual no ensino no AEE.

A gente tenta adaptar as atividades porque a gente sabe que é diferente a forma como o ouvinte da forma como o surdo aprende, então eu mesma falo por mim, pro meus alunos do AEE eu tenho que adaptar as atividades, tenho que usar mais o visual, imagens né? Trabalhar mais dessa forma para que eles aprendam [...]. Aí o que eu tento fazer é ensinar novos sinais a eles e ensinar o conceito daquele sinal, o que é que aquele sinais significa, aí eu procuro sempre uma imagem e mostro o sinal, aí eu gosto de usar computador para mostrar os sinais ou então livros, jogos de memórias para está ensinando novos sinais a eles. [...] eu solicito que ele faça uma atividade, eu vejo como foi desenvolvimento dele, não avalio com nota, mas eu vou avaliando o desempenho durante as atividades, e, assim, se eles estão dominado aquele conteúdo ou aqueles sinais, se eles tem domínio de alguns sinais de determinado assunto (CARLA).

Portanto, para Carla o currículo para o surdo deve perpassa pelo conhecimento de sinais da Libras. Em consequência, a avaliação é feita de acordo ao desenvolvimento que o aluno apresenta durante as atividades desenvolvidas na sala, a partir das respostas, identificando o nível linguístico do aluno e como o atendimento pode contribuir para a aprendizagem deste aluno. Contudo, em relação ao currículo da classe bilíngue a professora do AEE declara que nesta proposta só é priorizado o ensino de Libras e Língua Portuguesa.

[...] estão sendo pensadas propostas de mudar o currículo da classe bilíngue porque se não me engano a classe bilíngue, eh... a caderneta da classe bilíngue só tem o currículo de Libras e de LP, mas parece que estão tentando inserir outros conteúdos, né! [...] E o AEE a princípio eu estou trabalhando só com Libras, mas no meu plano anual eu quero inserir os conteúdos que eles estudam mesmo na escola (CARLA).

Todavia, a ideia de que a classe bilíngue só trabalha duas áreas de conhecimento ou duas disciplinas é refutado pela professora da referida classe que afirma diversificar o currículo e trabalhar com os mesmos conteúdos que os alunos ouvintes tem acesso, mas com adaptações.

O currículo deles eu pego o mesmo plano de curso das salas regulares e vou adaptando de acordo as necessidades dos alunos. Não consigo fazer igual a sala regular porque têm conteúdos que os alunos ainda não entendem, então eu vou fazendo de modo mais simplificado para que eles consigam entender essa adaptação (JOANA).

É salutar informar que na classe bilíngue as áreas de conhecimento ou habilidades são análogas aos dos alunos ouvintes. O grande diferencial deve ser em relação ao ensino do português como SL e a prioridade trabalhar os aspectos culturais dos surdos, contudo esse fator não foi mencionado. Também é importante destacar o cuidado que o professor deve ter em "simplificar" o currículo, para não torná-lo empobrecido, visto que, os surdos tem direito de ter acesso às informações.

Ainda, questionada sobre o currículo, Beatriz declarou que não tem conhecimento (ainda).

Todos esses instrumentos teóricos nós não tivemos ainda um momento para fazermos uma avaliação porque só temos 5 meses e, de emergencial, foi organizar os termos, né? A gente tem um plano de curso que é unificado no município, que foi distribuído, então nesse momento, como já começou as aulas tardiamente, a gente tem com um cronograma bastante apertado [...]. Eu não tenho conhecimento do currículo bilíngue, até porque eles têm uma coordenação separados para os professores, que é na Secretaria de Educação pelos profissionais especializados, e eu só faço acompanhar, dar algumas sugestões, entregar algumas atividade, mas ainda não tem (BEATRIZ).

A coordenadora apresenta não ter conhecimento de nenhum currículo para os surdos, e, por isso, encontra dificuldades para ajudar a professora da classe bilíngue. Justifica a ausência de um currículo específico é devido ao pouco tempo de gestão na referida escola, tendo que priorizar questões emergentes. A ausência de currículo pode corroborar em questões pontuadas anteriormente como planejamento com carga horária inadequada (ociosa).

A colaboradora também justifica não ter conhecimento do currículo para surdos porque as reuniões dentro da unidade escolar são feitas separadamente, no entanto este fator não deveria acontecer porque o aluno surdo está incluso na unidade escolar e não só na classe bilíngue ou no AEE. Então, todos precisam ter conhecimento dos assuntos sobre estes estudantes, pois eles estão inseridos na unidade escolar, logo todos precisam conceber a classe como uma política da escola.

Todavia, apesar de desconhecer as especificidades do currículo para classe bilíngue a coordenadora pontua uma questão importante que merece destaque, que é a impossibilidade de trabalhar questões fonológicas com o surdo.

Tem uma questão no currículo que é análise fonológica, é uma questão que é retirada do currículo deles, do plano de curso deles porque não faz sentido fazer análise fonológica com eles, aí ele faz um outro tipo e o estudo da palavra dentro da frase, então há essas reorientações (BEATRIZ).

Roberta salienta que o currículo

tem que ser diferenciado, entendeu? Eu vejo assim, é... quando a gente iniciou aqui a gente tinha um aluno que estudava no 5º ano, surdo, porém foram empurrando ele [...]. Então assim, o currículo eu acho que tem que ser repensado. Agora se eu te falar como deve ser o currículo eu to sendo prematura (ROBERTA).

Desta forma, é possível perceber na fala da diretora um ponto positivo, de compreensão da importância de se pensar um currículo diferenciado para os surdos, para que essas entaves no nível de aprendizado sejam minimizadas.

As falas apontam para uma necessidade formativa. Ressaltamos que, as discussões sobre o currículo da classe bilíngue são recentes e, possivelmente, a ausência de uma orientação nacional e formação adequada impossibilita a efetivação desse ensino porque não importa apenas a oferta, mas como está ocorrendo.

Sobre as atividades afins da escola para os surdos

As atividades e projetos que escola promove devem sensibilizar seus funcionários, pais, corpo docente e alunos surdos ou não com os objetivos de inclusão, acessibilidade e relação social de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Ao considerar que nas brincadeiras, lanches, ensaios, corredores e culminância de projetos há uma aprendizagem e ocorrem conforme proposta política educacional, indagamos as colaboradoras sobre as possíveis atividades extra curriculares que a escola tem desenvolvido para incluir as pessoas com deficiência, em especial os surdos, e todos responderam negativamente, exceto Roberta que, apesar de declarar que não há atividades com a família, informa que houve um trabalho pontual com os alunos.

[...] não teve nenhuma atividade extra ainda não, desde quando estou aqui ainda não teve nenhum evento, não que envolvesse toda a escola! (CARLA).

Até o momento que eu estou aqui não vi não (JOANA).

Na realidade a gente nunca fez um trabalho de conscientização, de está chamando a família o único trabalho que a gente tem é aqui dentro mesmo, pontual só com os alunos. E um só trabalho que eu acredito que foi na secretaria de educação mas ai partiu da secretaria (ROBERTA).

Portanto, estas três colaboradoras afirmam que a escola ainda não promoveu nenhum trabalho para conscientização da comunidade escolar sobre a surdez, exceto Roberta que menciona uma atividade com os alunos. De igual modo, Beatriz relata que a atividade extra classe realizada foi em relação a festa junina. Segundo ela

os alunos são sempre contemplados quando têm apresentações, a gente tenta estar inserindo [...] sempre está fazendo um trabalho de auto estima e de aceitação da turma, para turma aceitar que, pelo menos, não tem problema [refere-se a convivência com alunos surdo (BEATRIZ)].

Desta forma, podemos perceber que estas iniciativas são importantes para os alunos surdos, pois possibilita o contato maior com os ouvintes seja através de ensaios ou na comunicação e apresentação das suas habilidades para toda a plateia, como também as pessoas tenham uma consciência que os surdos estão presentes da escola e eles têm suas habilidades e peculiaridade que muitas das vezes não empatam de exercer funções iguais aos ouvintes.

Sobre os recursos utilizados para auxiliar na aprendizagem

Entendemos por recursos materiais tecnológicos que auxiliam a metodologia, ou seja, podem servir de aporte para o educador no ensino e na aprendizagem do aluno surdo, assim como as Tecnologias Assistivas que, de acordo com o inciso III do Art. 3º da Lei nº 13146/2015 se caracteriza como uma ajuda técnica constituída de

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, p. 1).

Contudo, nesta pesquisa trataremos especificamente de recursos tecnológicos por entender que as demais questões já foram tratadas. Ao indagar sobre os recursos utilizados para melhoria do processo de ensino e aprendizagem Carla e Joana informam que

Eu posso falar por mim, né? Eu utilizo computador, jogo de memória, eu crio meus próprios jogos porque quando cheguei aqui eu achei que os jogos estavam meio sucateados! Não tinham jogos completos, então eu criei alguns jogos, crio materiais e sempre nesta proposta de usar imagem e sinal e palavra. Palavra eu tenho usado porque na verdade eu sou professora de Libras, não de língua portuguesa para surdos, mas eu estou tentando atrelar Libras a Língua Portuguesa também. Ainda não tenho um profissional para ensinar a LP para surdos, a secretária está para contratar esse profissional, mas a gente não tem. Então, eu estou tentando trazer um pouco da LP como L2 para ensinar os surdos também (CARLA).

Enquanto tecnologias têm somente o data show e a TV pendrive (JOANA).

As colaboradoras utilizam como instrumentos para auxiliar no ensino de seus alunos os meios tecnológicos, tais como: computador, TV pendrive, data show e os materiais concretos lúdicos que encontram na escola ou que as educadoras constroem. Elas ressaltam que criam seus objetos sempre na perspectiva de imagem, sinal e nome, para que o aluno surdo tenha mais facilidade para aprender, usando sempre o visual, possibilitando que associe a figura ao sinal e a palavra.

Sendo assim, a escola tem cumprido, na medida do possível o inciso VIII do parágrafo primeiro do Art. 14 do Decreto nº. 5.626/2005 que visa " disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva" (BRASIL, 2005, p. 2).

Sobre os recursos Beatriz salienta que

A professora utiliza bastante vídeo, TV com internet, o computador, [...] bastante vídeos. Ela tem um acervo até grande de vídeos para surdos e ela utiliza muito na aula dela cartazes, não é tecnologia digital, mas é um instrumento que a gente super indica por conta das imagens (BEATRIZ).

Devido a sua função na unidade escolar a colaboradora confirma a fala de Joana citada anteriormente. A coordenadora acompanha sempre o planejamento e a auxilia com materiais que possibilite melhoria na aprendizagem do aluno. Para ela, Joana têm bastantes vídeos em Libras que é muito importante para o sujeito surdo aprender os conteúdos e materiais concretos visuais que estão dispostos na biblioteca na escola.

No entanto, a interlocutora adverte que

a gente não conta com câmara, mas todos os professores hoje em dia tem celulares. Eu tenho o meu que empresto e aí a gente faz muito isso, registro fotográfico. Tem impressora na escola, não é colorida, que seria o ideal, mas tem impressora preta e branca, principalmente a professora de libras que tem 3 alunos, então, tudo que ela precisa é mais depressa porque não precisa ir para secretaria fazer a impressão[...] (BEATRIZ).

Portanto, escola não tem uma câmara, mas a entrevistada oportuniza seu bem pessoal para solucionar o problema de ausência do material. Fazendo um adendo, para os surdos seriam ideal impressões coloridas, haja vista que eles aprendem melhor com o visual.

Já Roberta não soube quais objetos tecnológicos a escola possui

algumas coisas que não está aqui, então aparelho mesmo a gente não tem quase nada. O que a gente tem é o que a professora tem, cartazes, ... muito pouco coisa, agente não tem ainda uma quantidade suficiente. Apesar de que o material que tava aqui na escola o ano anterior, a gente não encontrou disse que tava na outra escola então assim a gente não sabe de fato quais são esses materiais que não retornou pra gente ainda (ROBERTA).

Desse modo, fica evidenciado que a contribuinte ainda não sabe realmente o que tem de material na escola, por ser uma nova gestão e pôr está na unidade escolar há 6 meses, ainda não deve ter feito um levantamento de dados ou não tem se atentado para a práticas das suas colegas.

Sobre a formação continuada

Ao questionar se a escola tem promovido ou programado formação continuada sobre surdez aos pais, alunos ouvintes e funcionários, as colaboradoras foram unânimes em afirmar que não existe. Podemos afirmar que a formação em serviço ou continuada, seja através de através de projetos, de atividade complementar, dentre outras possibilidades, ainda é um desafio na Educação Básica.

Em relação a formação dos docentes, foi possível identificar ações ainda tímidas através das coordenações, sem organização de um estudo sistemático. É importante destacar que o contexto de carga horária da Educação Básica não tem privilegiado uma formação frente aos contextos reais problematizados na própria escola.

[...] a gente tem informação para os professores de apoio, né? [...] tem uma reunião semanal com o grupo do AEE onde a gente discute essas questões,

mas não é junto com a coordenação pedagógica da escola não. É uma reunião para professores do AEE onde essas questões são discutidas. [...] Para intérprete a gente faz formação uma vez no mês na Secretaria de Educação onde nós que somos professores do AEE damos algumas dicas para os intérpretes, [...] Aí a gente faz a formação nesse sentido, mas só para os intérpretes, para professores que não são da área de Libras a gente não tem formação (CARLA).

Carla, por atuar como intérprete em outro espaço anuncia as formações que ocorrem na Secretaria Municipal de Educação como uma política municipal para os intérpretes. Joana e Beatriz afirmam que as dúvidas são discutidas com a coordenação, mas que não há um estudo ao longo prazo como processo formativo.

a maioria das vezes, eu e a coordenadora a gente conversa após o termino de aula, as vezes após o termino da coordenação, mas não é sempre, não! A coordenação é uma coisa mais real (JOANA).

A coordenadora ratifica que, por ter uma clientela diversificada com

aproximadamente 11 crianças, 3 surdas, mas 5 autistas, 1 com paralisia cerebral, então, a nossa discussão é no que diz respeito a inclusão, é para necessidade especial. [...] a gente nunca direcionou só para o surdo ou para o autista, só para o cadeirante, né? [...] A gente sempre em todas reuniões a gente procura fazer uma acolhida buscando abranger a discussão direcionada justamente para isso, para o respeito, para inclusão, para tolerância, para aceitação, para doação voluntariado, as parcerias, [...] nas duas macro reuniões já se foi discutido isso, foi ponto de pauta sim! (BEATRIZ).

Então, apesar da escola ter uma política bilíngue, essas discussões não tem permeado o debate, seja por falta de tempo, planejamento, formação, etc. Acreditamos que para uma política seja consolidada, seja necessário o oferecimento de um debate maior com toda a escola!

4.2 A INTERLOCUÇÃO COM A FAMÍLIA

Nesta etapa dialogaremos com Simone a mãe do aluno surdo que mostrou disposição em participar da entrevista. Durante as discussões ela apresentou como foi e está atualmente ocorrendo a educação do seu filho dentro e fora do ambiente escolar.

Ao indagar sobre a relação Escola-família, como acontece esse diálogo a mãe informou que ocorre

Quando é reunião própria das crianças especiais, eles falam muito, mas quando é em questão a todo mundo, eles, pra mim mesmo, eles não conversam não. Falam mesmo se a criança está arteira ou sobre as notas e fica sobre isso mesmo! [...] (SIMONE).

Portanto, Simone está confirmando as respostas que as colaboradoras da unidade escolar disseram sobre a inexistência de estudos específicos com a família sobre surdez. No entanto, ela afirma que quando a discussão é sobre educação especial, neste momento sim, é discutido sobre a surdez. Desta forma, fica evidente que nas reuniões dentro escola para os pais ficam restritas a entrega das notas e a discussão sobre o comportamento dos alunos na sala de aula.

Por isso que, as políticas públicas dentro do ambiente escolar são de fundamental importância e devem ser discutidas em todos os momentos que se trata da educação dos alunos surdos, para que a relação Escola-Família não seja marginalizada dentro da escola.

Concepção de surdez

Ao questionar sobre a descoberta da surdez a mãe de Marcelo relatou que

[...] desde que eu descobrir que M. tinha esse problema auditivo, eu não vi problema nenhum, não rejeitei nem nada desse tipo, e sempre quis... é ... inserir ele na sociedade, porque desde pequenininho eu já mandava comprar alguma coisa, eu ensino a ele que é pra esperar, Agora eu acho que a sociedade ainda tem uma certa... certo receio em conviver com eles, não sei se é porque não tem oportunidade de, sei lá, de aprender [...] (SIMONE).

Apesar da mãe considerar a surdez um "problema" denunciando uma concepção clínica, ela afirma não ter preconceito ou discriminação pelo seu filho ser surdo. Ainda adverte que, algumas vezes a sociedade o exclui.

Portanto, entendemos que as políticas sociais de inclusão não devem ficar apenas no ambiente escolar, mas precisa ser criado um projeto para sociedade que atenda melhor as necessidades escolar e extraescolar, a fim de minimizar ações discriminatórias.

Sobre a educação de seu filho

Inicialmente conversamos sobre o processo educacional do filho, indagando como ele iniciou o aprendizado na Libras. A mãe então relata que historicamente seu filho iniciou os estudos em escola particular sem acesso a Libras e, que através de um projeto de uma

professora da UFRB no AFAGO que Marcelo teve contato com a Libras e, assim, consequente foi estudar na escola pública onde as políticas começaram a serem implantadas.

Eu acho que foi com 6 anos. Porque ele estudava em escola particular não tinha. De um aninho de idade até 5 ele estudou em escola particular, aí foi quando E. trouxe o projeto aqui para Amargosa. Ela foi procurar em todos os lugares onde tivesse crianças assim, aí foi quando conheceu Marcelo, e aí ela apresentou o projeto pra gente e esse projeto da AFAGO foi ela quem apresentou. Aí disse que iria ter aulas em escolas pública para ele, foi quando eu tirei de escola particular e coloquei aqui (SIMONE).

Ainda questionamos sobre o aprendizado dele ela afirma que

É ótimo, ótimo mesmo! E assim, eu só acho que talvez, pela dificuldade dele, minha opinião, eu acho que deveria, não sei se isso atrapalharia ou se melhoraria... ia melhorar mas se tivesse outra pessoa pra auxiliar a professora, porque eu acho que é... eles são muito agitado, então pra uma professora só fica difícil, por mais que seja pouca criança na sala, mas como eles tem um temperamento bastante elevado, bem... então eu acho que se tivesse duas professoras acho que ajudaria tanto a professora quanto eles pra aprender mais (SIMONE).

Sendo assim, a colaboradora não descaracteriza o ensino na classe bilíngue. Mas, salienta que deveria ter mais um profissional na sala de aula por conta do temperamento dos meninos nos fazendo refletir sobre as possíveis causas desse temperamento/comportamento e se teria ou não relação com o planejamento (ocioso) já pontuado anteriormente.

Simone diz também que é importante os colegas ouvintes tivessem acesso a Libras para que seu filho fosse mais incluso no ambiente escolar. Essa forma de pensamento ainda está sendo discutida em alguns Estados e alguns deles tem se adequado no currículo a disciplina de Libras como disciplina obrigatória, no entanto, são discussões e práticas que estão sendo amadurecidas, principalmente através de projetos de Lei.

Ressaltamos que em 2014 foi publicado um *Relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº1. 060/2013 e nº 91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*(BRASIL, 2014), o qual orienta que

As escolas inclusivas (escolas públicas que não são escolas bilíngues de surdos)devem inserir no seu Projeto Político Pedagógico o componente curricular de Libras como segunda língua, a fim de oferecer aos estudantes ouvintes ou surdos imigrantes a oportunidade de adquirir a Libras. Dessa

forma, a diversidade dos estudantes matriculados na escola fica contemplada com a oportunidade de aprender essa língua. Esse componente curricular deve ser ministrado por professores prioritariamente surdos, necessita de metodologia apropriada ao ensino de segunda língua, e conteúdos organizados e oferecidos aos estudantes, nos níveis iniciante, básico, intermediário e avançado de acordo com as etapas e modalidades da educação básica e superior (BRASIL, 2014, p. 21).

Sobre os direitos dos surdos

Ao ser questionada sobre as conquistas da comunidade surda a mãe informou que

Favoreceu muito! agora embora eu acho que tem coisas que ainda não é... como é que se diz... de fato não acontece (SIMONE).

Realmente, conforme observamos durante as discussões com as colaboradoras, muitas destas Leis encontram cambiantes em sua formulação como também na sua execução dentro e fora do ambiente escolar. A colaboradora apresenta um exemplo fora do contexto escolar

a gente chega no hospital e não tem nada que identifique pra eles, no caso, pra gente tem, mas não tem nenhum profissional que pudesse... ajudar, por exemplo, uma hora de desespero e de dor talvez eu não consiga interpretar o que ele está sentindo, eu como mãe né? no impulso de ser mãe talvez eu consiga mas se eu não consegui, como é que vai ficar? (SIMONE).

A interlocutora afirma que fora do ambiente escolar encontra dificuldade na comunicação do seu filho com os profissionais da saúde e apresenta sua angústia com a situação. Embora o Decreto nº 5626/2005 trate da acessibilidade e da necessidade de profissionais qualificados e intérpretes de Libras nos espaços públicos e privados, na realidade, os surdos são marginalizados socialmente.

Simone acrescenta a necessidade formativa dos colegas ouvintes para dialogar com seu filho

Eu acharia também que... eu não sei se na Lei tem... que eu não conheço tudo da Lei a respeito de Libras, mas eu que deveria ter essa matéria inclusa para as crianças ouvintes, até para eles aprenderem a se comunicar, porque acontece, as vezes... falar do meu filho, vou citar um exemplo do meu filho: ele está brincando e aí as crianças não sabem se comunicar com ele aí acaba brigando porque ele acha que está batendo nele, está batendo, mas não é, quer se comunicar com ele e as crianças não consegue aí fica aquela confusão[...] (SIMONE).

Ao ser questionada sobre sua participação para efetivação das políticas educacionais de seu filho ficou perceptível que a mesma desconhece os direitos de seu filho e que a preocupação tem sido com o comportamento em detrimento do aprendizado e desenvolvimento cognitivo.

Eu... eu procuro participar, né? Das reuniões, eu procuro sem vim na escola sempre que eu posso, até porque eu tenho outro filho, né? Sempre que eu posso vim procurar saber como ele está na escola, essas coisas né? De procurar saber como ele tá na escola, converso bastante com ele a respeito, apesar dele... as vezes ele obedece, as vezes ele não obedece [...] (SIMONE).

4.3 A INTERLOCUÇÃO COM O ALUNO SURDO

O diálogo com o aluno surdo objetivou perceber como ele compreende a proposta de ensino bilíngue e, como se dá sua inclusão na escola. Desta forma, inicialmente, indagamos sobre seu processo de aprendizagem na classe comum em que estudou até os 6 anos e na classe bilíngue.

Em seu relato sobre a escola de ouvintes ele sinaliza que

[...]ficava impressionado, ficava admirado e eu ficava com muito medo, e as pessoas ficavam me observando,por quê? Eu não sei! [...] a professora ficava falando, e escrevendo e eu escrevia um pouquinho, mas não ensinava Libras, eu não aprendia Libras, só escrever, escrever e só! (MARCELO).

É importante historicizar que na época que o interlocutor iniciou os seus estudos não existia classe bilíngue e nem formação para professores e demais profissionais sobre a surdez, e que, nem sempre a presença de ouvintes e surdos numa mesma sala representa inclusão! Ainda sobre esta experiência, ao estudar na classe bilíngue o aluno consegue estabelecer um paralelo e, assim, expõe sua preferência pela classe de surdos (bilíngue).

[...] a escola que ensina Libras porque lá [na escola de ouvintes] a professora ouvinte, ela fica falando. Eu não gosto daquela escola que eu estudava quando eu era criança. Então, a professora falava e eu não entendia nada, eu não sabia nada porque eu sou surdo então, eu pensava, mas eu não conseguia ouvir, surdo, eu ficava ali sem entender e a professora falava, falava, mandava copiar, me dava um livro para copiar. Eu ficava vendo e copiando, mas sem saber mesmo o que fazer. As vezes ela mandava eu somar, eu não entendia também o que era para fazer, eu não sabia somar. Então, ela mandava ir para diretoria, eu era surdo e não entendia, aí depois eu mudei para outra escola (MARCELO).

Portanto, Marcelo apresenta uma das grandes entraves do aluno incluso na classe comum, a falta de capacitação dos profissionais e funcionários dentro da unidade escolar sobre a surdez e a sua língua, isto resulta em uma **in(ex)clusão**. Além disso, ele denuncia a questão já abordada anteriormente que é o ensino de LP para surdos. Muitos surdos, por não terem acesso a uma metodologia de SL, se tornam copistas, sem um real aprendizado e uso da LP.

Em contrapartida, sobre estudar na classe bilíngue, Marcelo conclui que o estudo em

Libras é melhor! Eu fui crescendo, fiquei inteligente! Eu ia para escola [...], eu parecia burro, nessa época eu era pequenininho parecia bobo, não aprendia nada. [...]eu lembro que tinha A. que me ensinava matemática em LS e o alfabeto também. E eu pensava: o que isso? O alfabeto manual, eu não entendia. Ele me corrigia e eu fui ficando inteligente (MARCELO).

Além da classe bilíngue o aluno surdo também deve ser complemento no AEE através do ensino de Libras e LP, conforme as diretrizes. "Um período adicional de horas diárias de estudo é indicado para a execução do Atendimento Educacional Especializado. Nele destacam-se três momentos didático-pedagógicos" (DAMÁZIO, 2007, p. 25) conforme explicitamos no capítulo 2.

Questionado sobre seu estudo no AEE, Marcelo apresenta que aprende

[...] a escrever, somar, a pintar e também a ver a questão do rosto como observar o rosto. Eu e A. somos dois, mas somos 4 porque a mãe de F. não está trazendo ela, ela esquece. Ela não está sabendo nem escrever seu nome[...] (MARCELO).

O momento no atendimento educacional especializado é muito importante para os surdos porque é um tempo de construção do conhecimento escolar e extraescolar, como também, o aprendizado da gramática da Libras e de sinais que estão sendo usados em sala de aula e da LP. É uma atividade complementar enriquecedora na vida dos surdos.

Desta forma, podemos entender que este momento no AEE é dedicado a construção do conhecimento intelectual e lúdico. Este momento advém das políticas públicas educacionais que possibilitaram essas transversalidades na educação dos alunos surdos.

Assim, na fala do aluno surdo podemos identificar que o AEE tem possibilitado uma prática e LS, bem como estudo voltado para gramática da Libras e da LP, bem como outras atividades afins, contribuindo para melhor desenvolvimento cognitivo e intelectual do aluno.

Sobre sua inclusão na escola

Percebemos que o período extraescolar é muito importante para construção de vínculos em diferentes ambientes que são a sala de aula, mas são também de extrema importância. Esse momento de prazer é confirmado por Marcelo que apresenta gostar

[...] da hora do lanche, da hora de comer, o lanche é muito bom! É muito gostoso, é muito bom! Eu gosto de jogar bola também (MARCELO).

O colaborador apresenta um exemplo de interação fora da sala que é no momento do lanche, neste intervalo ele tem contato com um número maior de ouvintes, é nessa hora ele tenta conversar e brincar com outras pessoas. Por isso, é importante que todos os estudantes tenham acesso a disciplina Libras que evites frustrações na comunicação e possíveis confusões. Portanto, Marcelo afirma que

[...] gosto de brincar de futebol, de ver também quando estão arrumando a escola, pintando, eu gosto de ver arrumando a escola, quando está fazendo painel da escola. Gosto de dançar na época da festa junina, [...] (MARCELO).

Desse modo, podemos considerar que a aprendizagem também pode ser construída fora da sala de aula de forma educativa e lúdica. E, este momento extraescolar é também inclusão e uma forma de colocar a política educacional de inclusão em prática.

CONCLUSÃO

“Uma mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”

(Albert Einstein)

O estudo sobre as políticas públicas, particularmente, sobre as educacionais nos possibilitou entranharmos e analisarmos o quanto o país cresceu em relação à educação, política e economia. Este novo momento trouxe aos cidadãos os direitos, a fim de oportunizar igualdade, equidade e boas condições de vida para todos. No entanto, nem sempre esses direitos contemplam a todos! Podem ocorrer momentos e diferentes casos em que podem incidir com desigualdade entre os grupos. Por isso, diante deste cenário, surge as políticas públicas, tendo o Estado como principal provedor. Diante destas reflexões e pensamentos, conclusão exata não encontramos, apenas, discutimos diferentes modos de entender o mundo do sujeito surdo, ou seja, diferentes formas de perceber, interpretar e questionar, visto que a sociedade está sempre em transformação e se revigorando a cada dia.

Este processo de globalização levou o Estado a pensar em novas medidas para mudar o cenário educacional no país, dando oportunidade a todos de uma educação, inclusive, os deficientes. É a partir deste momento que o Estado tenciona implantação de políticas educacionais voltadas para melhoria do ensino e para extinção do analfabetismo. No cenário brasileiro, as declarações internacionais, como por exemplo, a Declaração de Salamanca (1994), influenciou na política pública educacional, a LDBEN (1996) que promulga a inclusão das pessoas com deficiência na escola comum.

Essas políticas corroboraram para a conquista de direitos das comunidades surdas no Brasil que, além de ter o reconhecimento linguístico da Libras, assegura direitos a acessibilidades, informação, formação, etc., através da Lei nº 10.436/02; Decreto nº5626/05 e da Lei nº 13.146/2015. Contudo, ainda hoje encontramos muitos desses direitos afirmados ou negados em diversos lugares e meios sociais.

Assim, esta pesquisa enveredou por investigar como a Escola Vivalda Andrade de Oliveira tem efetivado as políticas públicas educacionais aos seus alunos surdos. Nas leituras das falas dos entrevistados foi possível perceber que a escola tem ofertado a classe bilíngue e o AEE, apenas para o ensino de Libras, não respeitando as necessidades formativas conforme orientação nacional.

Ficou evidente também que, a escola ainda não possui uma proposta de ensino que discuta o currículo para os surdos, assim como, não possui em suas ações fomento de cursos ou capacitações para família, alunos ouvintes e funcionários.

Em relação aos docentes, mesmo os profissionais em formação ou graduados, demonstram a necessidade de dialogar/estudar sobre a proposta bilíngue que, apesar de ser uma conquista, ainda é considerada pela maioria dos profissionais da escola como uma incógnita.

Não obstante, podemos dizer que as políticas públicas educacionais conquistadas pela comunidade surda têm refletido positivamente em sua educação, saúde, trabalho e em sua vida, e isso foi detectado tanto na fala do surdo como de seu familiar. Mas, ainda é preciso se pensar na relação que existe entre as Leis e a realidade, ou seja, quais as dificuldades que a escola encontra para construir uma proposta inclusiva bilíngue, caso contrário, essa proposta inovadora continuará sendo segregadora e refletindo negativamente na educação e na vida pessoal dos alunos.

Diante da reflexão sobre o distanciamento entre as Leis e prática este trabalho se faz importante por oportunizar novos olhares e atitudes dos indivíduos que participam do processo educacional para surdos. Os dados encontrados nos permitem pensar na necessidade de dialogar sobre a educação, língua e metodologia para seus alunos, não só pelo corpo docente que representa a unidade escolar, mas que essa discussão perpassa e ofereça uma conversa e trocas de opiniões com os familiares para assim efetive uma educação de qualidade e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMARGOSA. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento escolar unificado 2008**. Amargosa- BA, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em junho de 2014.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm>. Acesso em fevereiro de 2015.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Paulo Renato Souza, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em fevereiro de 2015.

_____. **Lei nº 13.146 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

_____. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002b**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Paulo Renato Souza, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em fevereiro de 2015.

_____. **Lei n.º 12.319 de 1º de Setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: março de 2015.

_____. **Lei 7.611 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: Abril de 2017.

_____. **Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Fernando Haddad, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em fevereiro de 2015.

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho**, designado pelas Portarias nº1.060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (2014). **Relatório sobre a Política Linguística de**

Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília, DF MEC/SECADI 2014.

BARRETA, E.; CANAN, S. Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. In: IX ANPED SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Caxias do Sul- RS, Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. **Anais**, Goiânia, Goiás, RBPAAE,2012, p. 1-15, PDF. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_07_47_173-6553-1-PB>. Acesso em: MAIO 2017.

BACELAR, T. **As Políticas Públicas no Brasil:** heranças, tendências e desafios. 2014, PDF. Disponível em:<[file:///C:/Users/CCE/Downloads/Texto1_politicas_publicas_no_br_TaniaBacelar%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/CCE/Downloads/Texto1_politicas_publicas_no_br_TaniaBacelar%20(2).pdf)>. Acesso em: 16 de maio de 2015. Acesso em: JUNHO 2016

CHRISTI, M. [blog na internet]. Kd frases. Mocrixa [dezembro de 2013]. Disponível em:<<https://kdfrases.com/usuario/Mocrixa/frase/15793>>. Acesso em: JULHO 2017

CARMEM, S. [blog na internet]. Escrito e Falado. Carmem Sueli [2017]. Disponível em: <<http://dicasdeportugues.com/frase-do-dia-curiosidade/>>. Acesso em: JULHO 2017

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado:** Pessoa com surdez. SEESP / SEED / MEC, Brasília/DF, 2007.

DOROTEU, L. R. Políticas públicas pelo direito à educação no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 104, set 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=%2012209>. Acesso em: JAN 2017.

FERNANDES. S. F. Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos. – Curitiba : SEED, 2006. P. 28. PDF. Disponível em:<http://www.culturasorda.org/wpcontent/uploads/2015/03/Fernandes_praticas_letramentos-surdos_2006.pdf>. Acesso em: MAIO de 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo. Atlas, 2002.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. – 5 ed. – Porto Alegre: Mediação, 2013.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. E. A. **Pesquisa em Educação:** Abordagens qualitativas. EPU. São Paulo, 1986.

LIMA, W. Política pública: discussão de conceito [Interface]. **Núcleo de Educação, meio ambiente e desenvolvimento** – NEMAD, E. 05, p. 49-54, Out. 2012. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>>. Acesso em: MAIO 2016.

MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/ inclusão:** um olhar do egresso surdo. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

MAAR, W. L. **O que é política.** São Paulo: Brasiliense, 2006. - - (Coleção primeiros passos; 54).

MARTINS, G. A. **Estudos de CASOS:** Uma Estratégia de Pesquisa. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: FERNANDES, S. F. D.; NETO, O. C.; GOMES, R.(org.) **Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos.** _ Petropolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTEIRO, R. G. **Desistir nunca.** Disponível em: <<http://www.desistirnunca.com.br/amente-que-se-abre-albert-einstein/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2017.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. **A performatividade em Educação de surdos.** In: NÍDIA de Sá (Org.). **Surdos qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011. 101-140.

REZENDE, M.; BAPTISTA, T. W. F. A. A Análise da Política proposta por BALL. IN MATTOS, R.A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para Análise das Políticas de saúde,** 2011. P. 173-180. Olline: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

ROCHA, S. **O Ines e a educação de surdos no Brasil:** aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007.

ROSITA, E. C. **A nova LDB e a Educação Especial.** – Rio de Janeiro: WVA. 1997. 142p. Cap. 1, 2, 3.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar:** História e fundamentos. _ Curitiba: Ibplex, 2010. (Série Inclusão Escolar) cap. 1, 2 e 3.

SILVA, A. S.; SOUZA, A. O. **Política Educacional no Brasil:** Do império à República. [Rios Eletrônica]. Revista Eletrônica da Faculdade sete de setembro - FASETE, ano 5, n. 5, p. 69-78, dez. de 2011.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online]. 2006, n.16, p.20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S151745222006000200003>>. Acesso em: Abril fevereiro de 2016.

STROBEL, K. **História da educação de surdos.** Florianópolis, 2009, PDF. Disponível em:<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: MARÇO de 2015.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa desenvolvida sob a responsabilidade da discente Vanessa Maia Souza Sampaio, vinculada ao Curso de Licenciatura em Letras, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sob orientação do Prof. Ma. Emmanuelle Félix dos Santos.

Esta pesquisa objetiva fazer um estudo sobre as Políticas Públicas Educacionais para surdos presente nesta unidade escolar, tendo em vista que a mesma atualmente é a escola de grande marco para educação dos sujeitos surdos da comunidade amargosense. Assim, destacamos que sua colaboração é fundamental para entendermos como está o processo de educação dos sujeitos surdos na unidade escolar, e, concomitantemente, para ampliar o conhecimento científico nesta área. Desse modo, esclarecemos que sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de entrevista com uso do recurso de áudio gravação ou vídeo gravação (para participantes surdos), com autorização prévia, para permitir uma transcrição fidedigna das falas. Os resultados serão armazenados, analisados e apresentados sem qualquer menção dos nomes dos (as) participantes.

Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões relacionadas ao seu trabalho, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades laborais, a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências serão tomadas, a exemplo, da possibilidade de escolha de um ambiente privativo para realização da entrevista, definição de um tempo que não altere significativamente a sua rotina de trabalho e de um horário que lhe seja mais conveniente para realização da entrevista. Ressaltamos que o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa.

Se depois de consentir com sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Ratificamos que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos e caso haja qualquer dúvida ou preocupação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por esta pesquisa por meio do seguinte endereço eletrônico: nessinha_maiah@hotmail.com

Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____, fui informado sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em participar desta pesquisa, sabendo que não vou ter retorno financeiro e que posso desistir de participar a qualquer tempo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim, pelo (a) pesquisador (a), pelo orientador ficando uma via com cada um de nós.

_____, ____/____/____

Assinatura do (a) participante

Vanessa Maia Souza Sampaio

Assinatura da Pesquisadora

Prof. Ma.Emmanuelle Félix dos Santos

Assinatura do Orientador

APÊNDICEB -CONHECENDO A UNIDADE ESCOLAR: documentos e entrevistas.

1. Identificação (opcional) (o entrevistado pode escolher um nome para ser usado na sua pesquisa)

2. Categoria

() Diretor

() Docente surd@

() Docente ouvinte

() Discente surd@

() Discente ouvinte

() Coordenação

() Técnico Administrativo

() Pais

3. Nome da unidade escolar e ano de fundação:

4. Quais modalidades de ensino a escola oferta?

5. Quantos estudantes matriculados no ano de 2017?

6. Quantos funcionários?

7. Quantos alunos e servidores com deficiência têm na unidade escolar? E destes quantos são surdos?

8. Como é o ensino ofertado aos surdos ou seja, quais políticas a escola tem ofertado para incluir o aluno?

9. Eles estão em que ano/seriação?

10. Os profissionais da escola já tiveram formação específica na área? quando? como?

11. Os documentos da escola preveem intérpretes e ensino de Libras, etc.?

12. Os surdos estudam em classes regulares (comuns) ou bilíngues?

13. Como é pensado o currículo para estes alunos? quem acompanha este planejamento e qual o suporte os professores da área recebem?

14. Os professores e servidores e alunos ouvintes conhecem a Libras? se pudéssemos quantificar, quanto por cento?

15. A escola oferta o Atendimento Educacional Especializado aos alunos surdos? Com ocorre? Quem ensina no AEE?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista aplicada aos funcionários da unidade escolar.**1. Identificação (opcional)****2. Categoria**

- () Diretor
- () Docente surd@
- () Docente ouvinte
- () Discente surd@
- () Discente ouvinte
- () Coordenação
- () Técnico Administrativo

3. Há quanto tempo trabalha na área e nesta instituição?

4. Qual a formação? Estou Libras na formação inicial? Já participou de uma formação continuada sobre surdez ou Libras?

5- Quais atividades a escola promove para sensibilização da comunidade escolar sobre a surdez?

6- Qual o currículo dos alunos surdos? há divergência do currículo comum? como se dá a avaliação destes alunos?

7- A escola utiliza quais tecnologias para auxiliar o aprendizado do aluno surdo?

8- A escola tem proporcionado formação continuada para pais, professores e funcionários sobre as peculiaridades do aluno surdo?

9-Quais as propostas de ensino para os surdos a escola tem efetivado?

10-Para você como deve ser efetivado o ensino para surdos?

11- As políticas públicas educacionais interferem de que modo na educação de seus alunos?

12- Quais propostas curriculares vêm sendo pensadas e executadas na educação dos surdos? seja na classe comum, bilíngue ou AEE ?

13- Nas reuniões pedagógicas é discutido sobre a inclusão, acessibilidade e permanência da clientela surda?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista aplicada a mãe do aluno surdo

1. Identificação (opcional)

2. Categoria

() Diretor

() Docente surd@

() Docente ouvinte

() Discente surd@

() Discente ouvinte

() Coordenação

() Técnico Administrativo

3- Você participa de reuniões da escola?

4- Você mora em Amargosa a quanto tempo?

5- Você já completou o ensino médio?

6- Na tua família tem histórico de surdez?

7- Você sabe Libras?

8- Qual a idade dele?

9- Quando você descobriu que eles era surdo?

10- Maicon nasceu aqui em Amargosa?

11- Quando ele começou aprender Libras? Ele aprendeu aqui ou lá fora?

12- Ele veio estudar aqui com quantos anos?

13- Quando ele começou a vir para o AEE?

14- Você acha que a escola e sala bilíngue têm ajudado na aprendizagem do seu filho?

15- O que ele faz no tempo oposto ao da escola?

16- Ele estuda Libras em casa?

17- Como você ver os surdos na sociedade?

18- Você sabe Libras?

19- A escola já lhe proporcionou ou indicou curso de libras?

20- Você acha que seu filho é incluso no ambiente escolar? Você acha que ele é incluso aqui? A escola promove meios pra que ele esteja incluso aqui?

21- Como você tem lutado pelos direitos do seu filho?

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista aplicada ao aluno surdo

Categoria: Aluno surdo

- a) Você sempre estudou com surdos? Gosta da classe bilíngue?
- b) Entre você estudar com a professora que fala português e a professora que ensina só para surdos em sinais, você preferi qual?
- c) Quais as atividades que você faz fora da sala de aula?
- d) O que você aprende no AEE?